

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**POTENCIALIDADES DA POLÍTICA INDUSTRIAL
COMO UM INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A REGIÃO
NORTE DO RIO GRANDE DO SUL**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

Jéferson Réus da Silva Schulz

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**POTENCIALIDADES DA POLÍTICA INDUSTRIAL COMO
UM INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PARA A REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL**

Jéferson Réus da Silva Schulz

Monografia de Graduação apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Econômicas**

Orientador: Prof^a. Dr^a. Daniela Dias Kühn

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Econômicas**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Graduação**

**POTENCIALIDADES DA POLÍTICA INDUSTRIAL COMO UM
INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A
REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL**

elaborada por
Jéferson Réus da Silva Schulz

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas

COMISSÃO EXAMINADORA:

Daniela Dias Kühn, Dr^a.
(Presidente/Orientador)

Júlio Eduardo Rohenkohl, Dr. (UFSM)

Pascoal José Marion Filho, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 09 de dezembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado durante esses quatro anos de graduação. Agradeço, em especial, ao carinho da família, amigos e colegas. O apoio de todos foi de fundamental importância para a finalização desta etapa.

EPÍGRAFE

Man does not live only in the empirical world. We must seek the ephemeral or why live?

O homem não vive só no mundo empírico. Devemos buscar o efêmero, ou por que viver?

Victor Frankenstein – Penny Dreadful

RESUMO

Monografia de Graduação
Curso de Ciências Econômicas
Universidade Federal de Santa Maria

POTENCIALIDADES DA POLÍTICA INDUSTRIAL COMO UM INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

AUTOR: JÉFERSON RÉUS DA SILVA SCHULZ

ORIENTADOR: PROF^a. DR^a. DANIELA DIAS KÜHN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 09 de dezembro de 2015.

A pesquisa apresenta como principal objetivo discutir as potencialidades da política industrial como um instrumento de desenvolvimento regional para a Região Norte do RS, tendo como marco teórico a teoria dos polos de crescimento de François Perroux. Desse modo, parte-se de uma configuração desigual entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul do RS decorrente do processo histórico de formação econômica do estado. O método científico aplicado é o monográfico e a pesquisa, quanto a sua natureza, classifica-se como aplicada e quanto ao seu objetivo, como descritiva. Os dados utilizados no desenvolvimento do estudo foram coletados das bases de dados da FEE. Dessa forma, procedeu-se com a análise descritiva das variáveis PIB e VAB do RS e das demais partições do espaço consideradas no processo de desenvolvimento da pesquisa. Os resultados evidenciam as desigualdades regionais entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul do RS e destacam o papel preponderante da indústria na configuração dessas disparidades. Identifica-se que na estrutura produtiva da Região Norte do estado, analisando-se a dinâmica produtiva dos Coredes que compõe esta região, há uma dualidade no sentido de que em determinados pontos da região desenvolveu-se predominantemente o setor agropecuário, enquanto que em outros a formação econômica permitiu o estabelecimento da indústria como atividade econômica mais significativa, como é o caso do Corede Fronteira Noroeste, que constitui um polo industrial metal-mecânico. Neste sentido, conclui-se que há necessidade de potencializar o setor industrial na Região Norte do RS como forma de mitigar seu atraso em relação à Região Nordeste. Para tanto, a política industrial, ao passo que objetiva prioritariamente o desenvolvimento industrial, representa uma alternativa capaz de viabilizar este intento e, de forma gradativa, reduzir o atraso da Região Norte em relação à Região Nordeste do RS.

Palavras-chave: Política Industrial. Polo Metal-Mecânico. Desigualdades Regionais.

ABSTRACT

Monografia de Graduação
Curso de Ciências Econômicas
Universidade Federal de Santa Maria

POTENTIAL OF INDUSTRIAL POLICY AS A TOOL FOR REGIONAL DEVELOPMENT IN THE REGION NORTH RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: JÉFERSON RÉUS DA SILVA SCHULZ

ADVISER: PROF^a. DR^a. DANIELA DIAS KÜHN

Place and Date of Defense: Santa Maria, December 09, 2015.

The research has as main objective to discuss the potential of industrial policy as a tool of regional development for the North Region of RS, with the theoretical framework the theory of growth poles of François Perroux. Thus, one starts with an uneven configuration of the North, Northeast and South of RS due to the historical process of economic formation of the state. The applied scientific method is the monographic and research, as its nature, is classified as applied and as to its purpose, as descriptive. The data used in the development of the study were collected from the FEE databases. Thus, it proceeded with a descriptive analysis of the variables PIB and VAB of the RS and the other partitions the space considered in the survey development process. The results show regional disparities between the North, Northeast and South RS and highlight the industry's leading role in shaping these disparities. We find that in the productive structure of the state's northern region, analyzing the productive dynamics of Coredes that make up this region, there is a duality in the sense that in certain parts of the region developed predominantly the agricultural sector, while in others economic formation allowed the establishment of the industry as the most significant economic activity, such as the Corede Fronteira Noroeste, which is a metal-mechanic industrial center. In this sense, it is concluded that there is need to enhance the industrial sector in North Region of RS as a way to mitigate its delay in relation to the Northeast Region. To this end, industrial policy, while primarily aim at industrial development, is an alternative capable of enabling this purpose and, gradually, reduce the delay of the North Region in relation to the of RS Northeast Region.

Keywords: Industrial Policy. Metal-Mechanical Polo. Regional Inequalities.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Divisão regional do RS	39
FIGURA 2 – Mapa dos municípios do Corede Fronteira Noroeste	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Participação de cada setor produtivo na composição do VAB do RS de 2008 a 2012	44
TABELA 2 – Participação das Regiões Norte, Nordeste e Sul no PIB e no VAB do RS de 2008 a 2012	45
TABELA 3 – Composição do VAB da Região Norte do RS de 2008 a 2012	46
TABELA 4 – Composição do VAB da Região Nordeste do RS de 2008 a 2012	47
TABELA 5 – Composição do VAB da Região Sul do RS de 2008 a 2012	47
TABELA 6 – Participação dos Coredes da Região Norte do RS na composição do PIB da região de 2008 a 2012	49
TABELA 7 – Participação dos Coredes da Região Norte do RS na composição do VAB da região de 2008 a 2012	49
TABELA 8 – Participação dos setores produtivos dos Coredes da Região Norte do RS na composição do VAB setorial da região de 2008 a 2012	50
TABELA 9 – Participação de cada setor produtivo na composição do VAB total de cada Corede da Região Norte do RS de 2008 a 2012	51
TABELA 10 – PIB dos municípios que compõe o Corede Fronteira Noroeste de 2008 a 2012	52
TABELA 11 – VAB dos municípios do Corede Fronteira Noroeste de 2008 a 2012	53
TABELA 12 – VAB por setor dos municípios do Corede Fronteira Noroeste de 2008 a 2012.....	53
TABELA 13 – Participação setorial na composição do VAB dos municípios do Corede Fronteira Noroeste de 2008 a 2012	54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Quadro resumo das correntes teóricas sobre a política industrial	29
QUADRO 2 – Quadro resumo da trajetória recente a política industrial no Brasil	33
QUADRO 3 – Eixos da política industrial do RS	35
QUADRO 4 – Política industrial setorial do RS	36
QUADRO 5 – Subdivisão das Regiões Norte, Nordeste e Sul do RS em Coredes	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 Conceitos importantes em análises regionais: região e espaço.....	14
2.2 Teoria dos polos de crescimento de François Perroux.....	18
2.3 Atuação do Estado na economia por meio de políticas públicas.....	24
2.4 Definição de política industrial.....	25
2.5 Diferentes abordagens teóricas sobre a política industrial na teoria econômica.....	26
2.6 Ações e instrumentos de política industrial.....	30
2.7 Trajetória recente da política industrial no Brasil.....	33
2.8 Caracterização da atual política industrial do RS.....	34
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	37
3.1 Classificação da pesquisa e método empregado no desenvolvimento no estudo.....	37
3.2 Critério de divisão regional do RS.....	39
3.3 Subdivisão das Regiões Norte, Nordeste e Sul do RS em Coredes.....	40
3.4 Coleta, tratamento e fonte dos dados.....	41
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
4.1 Análise descritiva dos agregados macroeconômicos do RS de 2008 a 2012.....	43
4.2 Atual configuração das desigualdades regionais do RS considerando-se a estrutura produtiva das Regiões Norte, Nordeste e Sul de 2008 a 2012.....	44
4.3 Análise descritiva da estrutura produtiva dos Coredes da Região Norte do RS de 2008 a 2012.....	48
4.4 Análise descritiva da estrutura produtiva dos municípios que compõe o Corede Fronteira Noroeste de 2008 a 2012.....	51
4.5 Caracterização do polo metal-mecânico do Corede Fronteira Noroeste.....	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico não acontece de forma simultânea entre todas as partes do território, mas manifesta-se, primeiramente, em determinados pontos ou polos do espaço, o que faz emergir um processo de polarização responsável por desencadear um quadro de desigualdades regionais (PERROUX, 1975). Após essa fase inicial, o crescimento passa a difundir-se por outros canais, introduzindo um processo de despolarização, em que se verifica uma melhora na situação inicial instituída pelo processo de polarização (PERROUX, 1975). Em virtude dessa dinâmica, observa-se que as desigualdades regionais passam a ser gradativamente reduzidas em decorrência de efeitos de encadeamento exercidos pelo polo principal e pela presença de uma indústria motriz, que atuam como forças indutoras do crescimento econômico regional (PERROUX, 1975).

Partindo-se de uma configuração díspar entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul do Rio Grande do Sul (RS), resultante do processo histórico de formação econômica do estado, mais especificamente das particularidades inerentes ao desenvolvimento da indústria gaúcha, corrobora-se que é preciso fazer frente a este problema e buscar alternativas que primem pela desconcentração econômica no intuito de mitigar esta situação desigual que se coloca entre as supracitadas regiões. Neste contexto, a Região Nordeste desponta como um centro econômico dinâmico em que se concentra a maior parcela da produção industrial do RS, ao passo que as Regiões Norte e Sul aparecem como áreas atrasadas e de incipiente industrialização (ALONSO, 2003).

Alonso (2003) sustenta que a situação desigual entre as regiões gaúchas trata-se de um processo secular, com tendência persistente ao agravamento, qualquer que seja a dimensão ou a divisão regional utilizada. Desse modo, a superação dos desequilíbrios regionais no estado requer a adoção de um conjunto de medidas com potência suficiente para romper o círculo vicioso da baixa produtividade e da pobreza observadas nas áreas estagnadas (ALONSO, 2006).

Para reverter este quadro de desigualdades regionais, considera-se necessário, em termos de uma política de desenvolvimento regional para o RS, agir pautadamente na neutralização das políticas adversas que atuam como entraves para o processo de crescimento econômico nas regiões menos industrializadas do estado. Dessa forma, acredita-se que o caminho para a superação da situação desigual observada entre as regiões gaúchas consista no

desenvolvimento da indústria, visto que as Regiões Norte e Sul contam com uma planta industrial atrasada em relação à Região Nordeste. Neste sentido, acredita-se que a política industrial, por ter como principal objetivo a promoção do desenvolvimento industrial, pontua como uma ferramenta capaz de contribuir significativamente para a redução das desigualdades regionais no RS mediante o fortalecimento da indústria nas áreas estagnadas.

De acordo com Coronel, Azevedo e Campos (2014), as políticas industriais representam um conjunto de ações e instrumentos de que os governos se utilizam para fomentar o setor industrial e aumentar as taxas de crescimento econômico. Neste sentido, pode-se considerar que as políticas industriais atuam com o intuito de superar os entraves que se colocam diante do crescimento industrial, que tem significativo impacto sobre o crescimento econômico de uma determinada economia.

Acerca do papel a ser desempenhado pela política industrial no processo de redução das desigualdades regionais, acredita-se que o desempenho econômico de regiões estagnadas possa ser significativamente favorecido mediante estímulo ao desenvolvimento industrial. Neste sentido, considera-se que as ações e instrumentos de uma dada política industrial possibilitam promover o bem-estar social da coletividade via geração de empregos de qualidade e modernização da estrutura produtiva local.

Desse modo, acredita-se que a política industrial, por ter como base a possibilidade de articular diversos segmentos do setor produtivo, representa uma alternativa capaz de promover um aumento da competitividade da indústria gaúcha e se constitui como um fator capaz de reduzir as desigualdades regionais observadas no estado, ao passo que pontua, de acordo com Suzigan (1995), como um instrumento que pode criar externalidades positivas que conduzam a um aumento de produtividade tanto do fator capital quanto do fator trabalho. Ainda conforme Suzigan (1995), esse aumento de produtividade implica o crescimento do salário real e da acumulação de capital sem elevação de preços, resultando na melhoria do bem-estar social, apontado como o objetivo último de qualquer política industrial.

Tendo como referência o período de 2008 a 2012¹, observa-se que a composição do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Bruto (VAB) do RS tem maior participação da Região Nordeste (representa 61,58% do PIB e 60,68% do VAB do RS), seguida pela Região Sul (representa 21,62% do PIB e 21,57% do VAB do RS) e,

¹ O período de análise considerado na presente pesquisa considera os anos de 2008 a 2012, posto que a coleta dos dados secundários deu-se a partir da divisão das Regiões Norte, Nordeste e Sul em seus respectivos Coredes. Dessa forma, a coleta inicia-se no ano de 2008, último ano em que houve modificação na quantidade de Coredes, e encerra-se no ano de 2012, último ano para o qual se tem os dados relativos às variáveis PIB e VAB divulgados pela fonte utilizada no estudo, a Fundação de Economia e Estatística do RS.

posteriormente, pela Região Norte (representa 16,79% do PIB e 17,75% do VAB do RS) (FEE, 2015). Com relação à representatividade de cada região na formação do VAB do setor industrial do estado, verifica-se a seguinte configuração: Região Nordeste (69,72%), Região Sul (17,82%) e Região Norte (12,45%) (FEE, 2015).

Os dados acima descritos comprovam as desigualdades regionais entre as regiões gaúchas e evidenciam a importância do desempenho da indústria como um dos fatores preponderantes para esta configuração. Neste sentido, verifica-se o atraso relativo das Regiões Norte e Sul em relação à Região Nordeste, ao passo que esta última apresenta os maiores percentuais de participação nos agregados macroeconômicos do RS e concentra grande parte da atividade industrial, representando mais da metade da produção industrial do estado.

Dessa forma, no âmbito das desigualdades regionais observadas entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul do RS, supõe-se que a política industrial, no contexto da teoria dos polos de crescimento, constitui-se na ferramenta necessária para promover o crescimento econômico da Região Norte do estado via estímulo ao desenvolvimento do setor industrial. Neste sentido, a presente pesquisa, que busca discutir as potencialidades da política industrial como um instrumento de desenvolvimento regional para a Região Norte do RS, justifica-se pela necessidade de ampliar e fortalecer a indústria nesta região gaúcha, considerado-se que o crescimento econômico regional está significativamente condicionado a um maior desempenho da indústria.

O problema de pesquisa procura responder a seguinte pergunta: como a política industrial pode contribuir para reduzir o atraso relativo da Região Norte do RS, comparada à Região Nordeste do estado, partindo-se da identificação de um polo metal-mecânico no Corede Fronteira Noroeste, em que a indústria de transformação exerce um papel fundamental na dinâmica produtiva regional?

O objetivo geral da presente pesquisa consiste em discutir as potencialidades da política industrial como um instrumento de desenvolvimento regional para a Região Norte do RS, tendo como marco teórico a teoria dos polos de crescimento de François Perroux. O estudo apresenta como objetivos específicos: descrever a atual situação desigual entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul do RS, enfatizando o papel desempenhado pela indústria neste quadro de desigualdades; identificar, na Região Norte do estado, um polo de crescimento econômico movido pela presença de uma indústria motriz e caracterizar a estrutura produtiva deste polo; e verificar a adequação da política industrial gaúcha, no período 2008 a 2012, para a dinâmica produtiva apresentada no polo metal mecânico do Corede Fronteira Noroeste.

A estrutura da presente monografia compreende, além desta parte introdutória, um capítulo em que se aborda o marco teórico e a revisão de literatura que deram embasamento à pesquisa realizada, um capítulo em que é descrita a metodologia do trabalho, e um capítulo de resultados e discussões. Posteriormente, segue-se com a apresentação das considerações finais do trabalho com base nos objetivos propostos. Por fim, são apresentadas as referências que serviram como suporte para o estudo desenvolvido.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O marco teórico que embasa a presente pesquisa, no âmbito das desigualdades regionais, fundamenta-se na teoria dos polos de crescimento desenvolvida por François Perroux. Dessa forma, inicialmente são descritos alguns conceitos importantes no âmbito das análises regionais, como os conceitos de espaço e região e, posteriormente, são apresentados os postulados mais gerais da teoria do crescimento polarizado, que explica, em parte, a estrutura produtiva da Região Norte do RS, mais especificamente a organização do polo metal-mecânico localizado nos municípios Santa Rosa e Horizontina pertencentes ao Corede Fronteira Noroeste.

A revisão de literatura que permeia a presente pesquisa busca dar conta das discussões concernentes à política industrial, dado que representa um assunto controverso e inacabado na literatura econômica em virtude da divergência de opiniões que engessam os debates sobre o tema. Dessa forma, em um primeiro momento, procura-se introduzir a questão da intervenção do Estado na economia por meio de políticas públicas, dentre as quais encontra-se a política industrial, e em seguida parte-se para uma explanação acerca das diferentes abordagens teóricas sobre a definição de política industrial. São também explicitados, ao longo do capítulo, os instrumentos, as ações e a tipos existentes de política industrial.

Ao final do capítulo, apresenta-se, sinteticamente, a trajetória recente da política industrial no Brasil, abordando-se os modelos de política industrial no período de 2004 a 2014. Por fim, é descrita a atual política industrial que vem sendo desenvolvida no RS.

2.1 Conceitos importantes em análises regionais: região e espaço

No que concerne ao estudo sobre questões regionais, o ponto de partida requer que se tenha clareza do que de fato significa região. Uma abordagem teórica amplamente utilizada neste processo é aquela que concebe a região como um espaço socialmente constituído, examinando a unidade regional em suas relações com o modo de produção, sem que a preocupação fundamental e única consista em delimitar com rigidez um território, mas sim compreender a realidade estudada à luz de sua dimensão histórica (BREITBACH, 1988).

Neste sentido, a compreensão do conceito de região, com vistas a evitar que se incorra em uma utilização indiscriminada e subjetiva do mesmo, torna-se imprescindível para que se possa precisar adequadamente o objeto de estudo quando em análises regionais.

É importante que o conceito de região, no amplo aspecto teórico e metodológico sob o qual for concebido, contemple a realidade social em seu conjunto, bem como as relações dessa com o espaço onde está inserida. Surge, dessa forma, a noção de espaço como um fator relevante no processo de conceituação de região, na medida em que se estabelece que espaço e sociedade encontram-se intrinsecamente relacionados. Conforme Breitbach (1988, p. 46), “no estudo do tema região, fica claro que o espaço não pode ser excluído da análise, porque sem ele se torna impossível apreender o fenômeno regional”. De acordo com a referida autora, a dimensão espacial constitui-se em uma determinação de existência da região.

O espaço apresenta, segundo Breitbach (1988), uma inequívoca materialidade, e em decorrência disso aparece como um conceito plenamente compreensível e transparente, de forma que a todos ocorre com facilidade uma ideia do que é espaço. Não obstante, a concepção do conceito de espaço, a partir do momento em que se admite sua relação com a sociedade, implica considerá-lo como um produto social.

Analiticamente, o espaço, como produto social, é precedido das noções de trabalho e natureza, pois, como alude Breitbach (1988, p. 45), estas “[...] constituem a mediação teórica capaz de dar consistência e significado à concepção de espaço como produto social”. Neste sentido, a autora recorre às formulações do materialismo histórico como ponto de partida para analisar a relação entre espaço e sociedade, de forma que, do ponto de vista analítico, “trata-se de uma perspectiva teórica que concebe o desenvolvimento da sociedade humana fundamentado na ação recíproca entre o homem e o mundo material que o cerca, ação esta que se constitui no processo social de produção” (BREITBACH, 1988, p. 45). Assume-se também que os condicionantes puramente materiais do trabalho, que se personificam através do processo produtivo, são as próprias forças responsáveis pela transformação da natureza.

É por meio do processo produtivo que se estabelece a relação entre espaço e sociedade, dado que por intermédio da produção o homem institui uma íntima conexão com a natureza. Em virtude disso, o espaço aparece como um conceito essencialmente social e suscetível às influências da organização social. Sobre isso, Breitbach (1988, p. 54) expõe que “todo espaço é social, porque nele se desdobram relações sociais que estão explícita ou implicitamente presentes em todas as áreas conhecidas pelo homem”. Ainda segundo a autora, “o espaço, em um certo sentido, dá a dimensão concreta das práticas sociais, cuja determinação formal assume peculiaridades históricas”.

Como destaca Breitbach (1988), o espaço, concebido em relação à atividade humana e necessariamente permeado por relações sociais de produção historicamente mutáveis, tem seu processo de apropriação social mediado pelo grau de evolução técnica da humanidade. Isto posto, tendo sido reconhecido o espaço como um produto social decorrente das relações estabelecidas entre homem e natureza, corrobora-se que este elemento merece uma posição de destaque dentro da teoria econômica, de forma que não se deve relegá-lo a um plano secundário, como tradicionalmente acontece, de acordo com Souza (2009).

O espaço, na medida em que se reconhece sua existência como sendo um produto social, pode apresentar descontinuidades, e isto, de acordo com Souza (2009), é o elemento que o diferencia da noção de região, que necessita, obrigatoriamente, ser constituída por um território contínuo, delimitado por uma fronteira. Na abordagem do desenvolvimento regional, o elemento espaço tem sido frequentemente considerado como superfície. Acerca disso, Souza (2009, p. 15) destaca que “a superfície espacial nem sempre se apresenta de forma homogênea e contínua”, de forma que seus elementos constitutivos possuem descontinuidades, e como consequência “[...] o território pode ser concebido também como um conjunto de lugares, ou pontos [...]”.

O elemento espaço pode ser analisado sob três óticas distintas: a geográfica, a matemática e a econômica, formando, desse modo, um espaço geográfico, um espaço matemático e um espaço econômico. Na concepção de Souza (2009, p. 13-14), cada um deles é composto por elementos distintos, mas interligados uns com os outros:

O espaço geográfico diz respeito às condições naturais de solo, clima e de acessibilidade aos homens, sem considerações técnicas ou econômicas.

O espaço matemático compreende as relações técnicas de variáveis econômicas, independentes de considerações geográficas.

O espaço econômico, por seu turno, diz respeito à localização de tais relações técnicas em uma área geográfica, compreendendo também as relações de comportamento de produtores e consumidores.

Visto que o conceito de espaço é uma pré-definição necessária para que se possa chegar ao conceito de região, podemos novamente nos direcionar a este último, que aparece, na concepção de Breitbach (1988, p. 18), como “[...] uma realidade objetiva, dotada de elementos que podem ser identificados e analisados, passível, portanto, de exame de acordo com procedimentos científicos adequados”. Para Souza (2009), uma região forma uma identidade, com características semelhantes, e apresenta-se como um campo de forças que

atrai unidades econômicas e organiza todo o território à sua proximidade, estando suscetível a forças internas e externas capazes de explicar e interferir na dinâmica regional.

Isard (1956 apud SOUZA, 2009) explica que o estudo de uma região não pode se deter à análise apenas sob o ponto de vista econômico, sendo necessário considerar os aspectos demográficos, sociais e tecnológicos. O autor propõe que se aborde a região com base em um enfoque multidisciplinar [o qual chamou de Ciência Regional] e por sua base espacial, onde interagem diversos elementos.

Lima e Alves (2012) oferecem uma noção do conceito de região em que é possível observar que as similaridades entre as áreas geográficas pontuam como um fator de importância no sentido da definição de região. Os autores também destacam a presença de alguns elementos responsáveis por delimitar características peculiares inerentes àquelas áreas que constituem uma determinada região:

Na análise da dinâmica regional, a região está relacionada à ideia de que áreas geográficas são um conjunto único em virtude de suas características. Essas características são as estruturas de produção, padrões de consumo, distribuição da força de trabalho, elementos culturais, sociais e políticos (LIMA; ALVES, 2012, p. 57).

Intrínseco ao conceito de região existe uma série de dificuldades, decorrentes, em grande parte, do uso indiscriminado e subjetivo deste conceito. De acordo com Souza (2009, p. 16-17), são três as principais dificuldades atreladas ao conceito de região:

A primeira dificuldade do conceito de região reside na delimitação precisa das fronteiras regionais, que não coincidem, necessariamente, com as fronteiras administrativas adotadas pelo setor público.

Uma segunda dificuldade do conceito de região é a restrição da contiguidade: o território regional deve ser contínuo e não intercalado pelo território de outras regiões. Desse modo, seguindo determinadas características homogêneas ou de subordinação, uma área será alocada a uma dada região desde que seu território seja contíguo a tal região.

Uma terceira dificuldade na determinação das fronteiras regionais diz respeito à sua dinâmica.

Em virtude de tais dificuldades, normalmente, o conceito de região tem sido adaptado conforme a escala e o tipo de questão a ser estudada. Mesmo assim, pode-se generalizar este conceito assumindo que o mesmo tem como base o conteúdo econômico dos elementos que o compõe. Sobre isso, Souza (2009, p. 21) sustenta que:

Em suma, a ideia de região leva, implicitamente, em conta a questão do conteúdo econômico de seus elementos constitutivos: nível de renda [pobreza versus riqueza], estrutura produtiva [base agrícola versus base industrial], estrutura urbana [meio urbano versus meio rural], modos de transporte e dotação de recursos naturais.

Na análise da dinâmica regional, o conceito de região está relacionado à ideia de que áreas geográficas representam um conjunto único em virtude de suas características, que são as estruturas de produção, os padrões de consumo, a distribuição da força de trabalho e os elementos culturais, sociais e políticos (RAIHER; LIMA, 2012). Corrobora-se que o fator homogeneidade, ou mesmo alguma gradação de similaridade, é um ponto fundamental no que se refere à delimitação de uma determinada região, norteando as diversas abordagens que se empenham em realizar estudos de cunho regional.

2.2 Teoria dos polos de crescimento de François Perroux

Dentro da teoria econômica, são diversas as abordagens que procuram explicar o processo de crescimento e desenvolvimento econômico. Uma delas preconiza que o desenvolvimento tem origem no crescimento industrial acelerado e nas transformações estruturais, intrinsecamente associadas à criação de atividades diretamente produtivas e à implantação de infraestruturas econômicas e sociais, bem como por combinações mais eficientes dos fatores produtivos (SOUZA, 2005).

Neste sentido, duas estratégias de industrialização, que divergem entre si, são apontadas como possibilidades para que se possa reduzir os custos médios de produção, elevar a taxa de lucro, atrair novos investimentos e gerar um processo acumulativo de crescimento econômico (SOUZA, 2005). Essas duas estratégias consistem em abordagens diferentes, enquanto uma sustenta que o crescimento ocorre de forma equilibrada, a outra assegura que o crescimento se dá de modo desequilibrado.

A estratégia de crescimento equilibrado busca contornar o problema da insuficiência de demanda através da dispersão dos investimentos, de modo equilibrado, entre diversas indústrias com a finalidade de criar um mercado interno, via expansão do emprego e da renda (SOUZA, 2005). Já a estratégia de crescimento desequilibrado sugere que os investimentos sejam concentrados de modo desequilibrado nos ramos industriais que apresentam maior

rentabilidade e maior poder de encadeamento do crescimento no interior do sistema econômico (SOUZA, 2005).

Um argumento a favor das estratégias de crescimento desequilibrado encontra-se em Souza (1993, p. 31). O autor alude que:

Na prática, portanto, tem-se observado que o crescimento ocorre de modo desequilibrado setorial e espacialmente e que existem efeitos de encadeamento diferenciados do crescimento entre setores e regiões. A ideia de difusão dos efeitos de encadeamento da produção e do emprego, ou de integração setorial e espacial, pressupõe a existência de canais de integração. Na ausência de tais canais, não ocorre integralmente a difusão do crescimento na economia local e entre os subespaços do sistema regional, implicando a evasão de tais efeitos para outros países ou para regiões mais desenvolvidas e mais distantes.

Sob o argumento de que o crescimento desequilibrado em determinados setores chave possibilita um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, diversos autores debruçaram-se sob o estudo da dinâmica regional contestando as estratégias de crescimento equilibrado. Dentre eles, François Perroux, em 1955, ao observar a concentração industrial na França (em torno de Paris) e na Alemanha (ao longo do Vale da Ruhr), desenvolveu a teoria dos polos de crescimento, que atribui às fontes internas do crescimento um papel de destaque na política de desenvolvimento regional.

Souza (2009, p. 54), acerca da dinâmica deste processo, sustenta que:

Os fatores internos do crescimento são a disponibilidade de recursos naturais e humanos, o mercado interno e a estrutura produtiva. Esses fatores atraem indústrias, que passam a produzir para os mercados local, nacional e internacional. Esta é a abordagem da teoria da polarização, ou polos de crescimento. Nessa ótica, a política regional de desenvolvimento consiste, basicamente, em maximizar as vantagens regionais para as indústrias, criando economias externas passíveis de atrair investimentos externos. Segundo essa teoria, todo e qualquer investimento incentivado precisa levar em conta a dotação interna de recursos produtivos e as interdependências técnicas de produção.

Ainda de acordo com Souza (2009), cada região, em função de sua estrutura produtiva e dotação interna de recursos, tende a crescer em ritmo diferenciado das demais regiões, de modo que assim são determinadas suas vantagens locais. Neste sentido, o autor defende que existe uma tendência para que o crescimento econômico ocorra de forma concentrada, por polos, exercendo tanto efeitos expansivos quanto drenagem de recursos das áreas periféricas, o que desencadeia o aumento das desigualdades regionais.

A teoria da polarização, desenvolvida por Perroux, ampara-se em algumas constatações prévias das quais parte o autor, que mesmo antes de introduzir os conceitos de

indústria motriz e polo de crescimento em sua análise, dedica-se ao estudo da dinâmica do crescimento regional introduzindo o elemento espaço como uma importante unidade a ser analisada. Conforme Perroux (1975), o crescimento não aparece em todas as partes do território ao mesmo tempo, pelo contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidade variável, de forma que, posteriormente, passa a difundir-se por meio de diferentes canais, com distintos efeitos terminais sobre o conjunto da economia.

De acordo com Souza (2009), o objetivo da teoria do crescimento polarizado consiste em conhecer as razões pelas quais determinadas indústrias e regiões crescem mais do que a média, trazendo um desequilíbrio não previsto pelo modelo neoclássico. A teoria dos polos de crescimento, ao introduzir o elemento espaço como uma unidade de análise relevante para que se possa compreender a dinâmica do crescimento regional e por considerar o crescimento como um processo dinâmico, e não estático, configura-se como uma visão alternativa à análise neoclássica, isto é, configura-se como uma crítica à análise neoclássica².

Conforme sustenta Kon (1999), a visão de Perroux é de que os modelos neoclássicos de crescimento não são caracterizados na realidade, de forma que a economia está sujeita à ocorrência de determinadas transformações estruturais, como o aparecimento e o desaparecimento de indústrias, a proporção variável das diversas indústrias no fluxo do produto industrial global durante períodos sucessivos de tempo e a existência de taxas diferentes de crescimento entre as indústrias. Ainda de acordo com a referida autora, essas mudanças estruturais são responsáveis por introduzir a propagação do crescimento de uma indústria ou de um grupo de indústrias, possibilitando novas invenções que abrem caminho para o surgimento de novas indústrias.

Em resumo, no que concerne ao crescimento econômico no contexto da teoria dos polos, Souza (2009) preconiza que este traz mudanças estruturais que se materializam por três pontos principais, que são: a) o surgimento e o desaparecimento de empresas; b) a difusão imperfeita dos fatores de produção no território e entre setores; e c) o crescimento desigual observado entre setores e regiões. O pressuposto de Perroux parte da existência de mecanismos de difusão dos benefícios do crescimento polarizado, em todo espaço, de forma instantânea e sem custos (SOUZA, 1990).

A teoria dos polos de Perroux, como enfatiza Souza (2009), fundamenta-se na ideia de concorrência imperfeita e na repartição desigual dos efeitos de encadeamento no espaço

² A abordagem neoclássica do crescimento econômico é descrita conforme um circuito estacionário, em que a população, a produção e o capital aumentam de um período ao outro exatamente nas mesmas proporções, de forma que produtos, serviços e moeda executam os mesmos percursos e os fluxos aumentam sem variações de estrutura nem flutuações (KON, 1999).

heterogêneo, sendo que no núcleo urbano central está localizado um conjunto de indústrias, motrizes e polarizadoras. Outro aspecto fundamental desta teoria diz respeito à forma como se dá o processo de polarização das regiões, em que, inicialmente, acontece o fenômeno da polarização e, posteriormente, o fenômeno da despolarização.

Neste sentido, deve-se considerar que, em um primeiro momento, há uma fase de concentração setorial e espacial da indústria, que implica o aumento das desigualdades regionais até um ponto de máximo. Esta tendência é denominada polarização. Em um segundo momento, a propensão verificada durante o fenômeno da polarização é revertida, de forma que as regiões periféricas passam a crescer mais rapidamente, o que reduz as desigualdades regionais. Este processo é conhecido como despolarização. Fica claro, a partir daqui, que o crescimento econômico se dá de modo difuso espacialmente.

Recorrendo novamente ao postulado mais geral da teoria dos polos desenvolvida por Perroux, que afirma que o crescimento não surge de forma simultânea e uniforme entre todos os setores e regiões, mas que acontece, em um primeiro momento, em determinados pontos ou polos do território, e posteriormente acaba se difundindo por outros canais, fica explícita a importância delegada ao conceito de polos de crescimento. Souza (2005) sugere que os polos industriais de crescimento estão passíveis de surgirem em quatro cenários, que são: a) em torno de uma aglomeração urbana importante; b) ao longo das grandes fontes de matérias primas; c) em locais de passagem de fluxos comerciais significativos; e d) no entorno de uma área agrícola dependente.

Friedmann (1975), em uma abordagem histórica acerca do conceito de polos de crescimento, considera que estes constituem áreas de atividade econômica concentrada e altamente interdependente, em que a influência exercida no caráter e no ritmo de desenvolvimento econômico do sistema, ou do subsistema, se dá de forma decisiva. De forma semelhante, Souza (1993, p. 37) define os polos de crescimento, com base na teoria desenvolvida por Perroux, do seguinte modo:

Um polo de crescimento é um complexo industrial localizado, formado por atividades interdependentes, que possui em seu meio, no mínimo, uma indústria motriz. Em função da distribuição geográfica dos efeitos de encadeamento e da abrangência de sua área de influência, os polos de crescimento podem ser polos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Ainda de acordo com Souza (2005), o polo de crescimento apresenta uma forte identificação geográfica, que se dá em virtude de ser produto de aglomerações geradas pelos complexos industriais, liderados pelas indústrias motrizes. Conforme o autor, um complexo

industrial, que representa um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto, torna-se um polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes e, na medida em que provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido, tornar-se-á um polo de desenvolvimento.

Dessa forma, tem-se que o polo de crescimento possibilita o surgimento de um polo de desenvolvimento. Para Souza (1993, p. 37), “um polo de desenvolvimento é um polo de crescimento que provoca efeitos dinâmicos com mudanças estruturais no local onde está implantado, com um mínimo de fuga dos efeitos de encadeamento para outras áreas”. O polo de crescimento, quando localizado em áreas de fronteira, poderá também formar um polo de integração, definido por Souza (1993, p. 37), como “[...] um polo de crescimento localizado em uma região fronteira, com o objetivo de provocar o aumento das relações comerciais com a área objeto da integração”.

Nas formulações de Perroux, aparecem algumas definições importantes inerentes às formas de polarização. São elas, a polarização técnica (quando se verifica a existência de empresas ligadas tecnologicamente por relações de insumo-produto), a polarização geográfica ou psicológica (quando a proximidade das empresas possibilita que os custos de transporte e de insumos sejam minimizados), a polarização humana (decorrente da concentração de trabalhadores, técnicos e capacidade empresarial em uma mesma localidade) e a polarização pelas rendas (quando há expansão da renda e do emprego).

É importante enfatizar que as noções de polo e região polarizada apresentam-se intimamente relacionadas com as ideias de urbanização e industrialização, de modo que em uma região polarizada verifica-se a presença de vários centros urbanos e industriais secundários, que se relacionam com o polo central dinâmico (SOUZA, 2009). Dessa forma, tem-se que as relações estabelecidas no interior do polo são norteadas por um conjunto de condicionantes, expressos em termos de funcionalidade, hierarquia e heterogeneidade.

Na teoria dos polos de crescimento, uma das formulações mais importantes diz respeito ao conceito de indústria motriz. Segundo Kon (1999), a base de observação do crescimento polarizado ampara-se no papel desempenhado por esta indústria, que se desenvolve mais cedo do que as demais indústrias, caracterizando-se como uma indústria moderna com forte concentração de capitais, decomposição técnica de tarefas, mecanização e separação dos fatores de produção entre si. Souza (2009, p. 58), acerca do papel da indústria motriz no contexto da teoria dos polos de crescimento, corrobora que:

Segundo a teoria da polarização, no interior do setor industrial, líder do crescimento econômico, destaca-se um tipo particular de atividade, a indústria motriz, suscetível de promover a difusão setorial e espacial dos efeitos de encadeamento, em direção das atividades polarizadas, na região ou fora dela. Essa indústria pode empregar menos mão de obra do que os setores mais tradicionais. Entretanto, ela tem o poder de disseminar o progresso técnico no espaço, gerar novas tecnologias, empregar mão de obra especializada e melhor remunerada, além de gerar produtos com maior valor agregado. Ela representa, por definição, um poder industrializante capaz de modificar as estruturas econômicas e sociais, contribuindo com o desenvolvimento econômico.

A indústria motriz aparece como líder do complexo de atividades que formam o polo industrial. Ela apresenta as seguintes características:

[...] a) cresce a uma taxa superior à média da indústria nacional; (b) possui inúmeras ligações locais de insumo-produto, através das compras e vendas de insumos; (c) apresenta-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e de estrutura oligopolista; (d) possui grande poder de mercado, influenciando os preços dos produtos e dos insumos e, portanto, a taxa de crescimento das atividades satélites a ela ligadas; (e) produz geralmente para o mercado nacional e, mesmo, para o mercado externo (SOUZA, 2005, p. 89).

A indústria motriz apresenta efeitos de encadeamento superiores à unidade, caracterizando-se pela efetiva dimensão desses efeitos, de forma que passa a exercer impulsos motores significativos sobre a economia regional. Esses efeitos de encadeamento se manifestam pelas compras e pelas vendas da atividade em questão (SOUZA, 2009). A indústria motriz, na medida em que é inovadora, de rápido crescimento e normalmente de grande dimensão, é responsável por efetuar impulsos dinâmicos no interior dos complexos industriais em que está inserida, fazendo com que esses complexos passem a crescer acima da média e, desse modo, tornem-se polos de crescimento (SOUZA, 2009).

As indústrias motrizes, por meio do aumento do seu volume de produção, são responsáveis por viabilizar o surgimento de outras indústrias, as chamadas indústrias movidas (KON, 1999). Sobre as indústrias movidas, também denominadas empresas satélites, deve-se considerar que, normalmente, elas irão se articular em torno da indústria motriz como fornecedoras de insumos. Neste sentido, forma-se um complexo industrial pautado nas relações estabelecidas entre a indústria motriz e as empresas satélites, possibilitando o surgimento de variados tipos de regimes de mercados. Sobre isso, Kon (1999, p. 172) destaca que:

Perroux descreve vários tipos de regimes de mercados dos complexos industriais, que podem compreender desde o monopólio parcial que impõe um acordo às pequenas empresas satélites, o duopólio em que uma grande empresa com baixos custos interage com uma empresa de menor capacidade e custos elevados, até o

regime de oligopólio. Neste último, a luta oligopolística, os conflitos de eliminação, conflitos visando à subordinação de uma parte a outra, ou o acordo, permeiam os complexos industriais e agem como fatores de crescimento no sentido de motivar a elevação da produtividade e realizar uma acumulação de capital eficiente e superior à dos regimes concorrenciais. Assim, a expansão e o crescimento das indústrias movidas do conjunto resultam das forças de conflito ou da cooperação entre os planos das grandes unidades e grupos de unidades coordenados, que são arbitrados pelo Estado, e influenciam os preços, volume de produção e compras de serviços.

Assim como a indústria motriz, os polos também exercem efeitos de encadeamento sobre o crescimento de atividades ligadas pelas interdependências técnicas de produção, o que implica que o crescimento de duas indústrias e regiões torna-se função do crescimento de ambas (SOUZA, 2009). Dessa forma, no contexto da teoria da polarização, fica explícita a importância imputada ao conceito de indústria motriz e polo de crescimento, de forma que são as bases indutoras do processo de crescimento em decorrência do produto positivo exercido pelos seus efeitos de encadeamento.

De acordo com Souza (2005), os governos tem implementado estratégias para atração de empresas que acabam formando complexos industriais. Para tanto, utilizam-se incentivos fiscais, empréstimos subsidiados, treinamento de mão de obra e instalação de infraestruturas como forma de atrair as grandes empresas para determinadas áreas. Isto está de acordo com as ações e instrumentos de política industrial, que visam, prioritariamente, fortalecer a indústria de modo a beneficiar o crescimento econômico.

2.3 Atuação do Estado na economia por meio de políticas públicas

Na Ciência Econômica, diferentes correntes teóricas divergem no que se refere à atuação do Estado na economia, ao passo que os recursos produtivos podem ser alocados entre os segmentos econômicos tanto por intermédio do Estado quanto pelo próprio mercado. Longe de procurar introduzir uma discussão normativa acerca das ações do Estado no cenário econômico, parte-se de que a intervenção governamental, neste âmbito, ocorre via políticas públicas. Kon (1999, p. 179), sobre o conceito de política pública, sustenta que:

A política pública é definida por vários analistas como uma série de ações ligadas à formulações de decisões tomadas pelas autoridades governamentais, envolvendo os fins e aspirações de uma sociedade moderna, através da utilização de meios disponíveis para alcançá-los.

A intervenção governamental na economia via políticas públicas tem como objetivo principal atender a três pontos essenciais, que são: a) corrigir desajustamentos verificados como resultado dos mecanismos livres de mercado; b) suplementar a iniciativa privada, com relação à realização de investimentos de interesse social, de implantação de bases infraestruturais ou na produção de bens e serviços; e c) promover uma coordenação geral com o propósito de que se atinjam os fins da política econômica (KON, 1999).

Pode-se aludir que os mecanismos de intervenção governamental primam por um melhor funcionamento dos mercados e das empresas, de forma que se pretende atingir uma melhor eficiência do sistema como um todo, tendo vista o bem-estar social. Dentro deste escopo encontra-se a política industrial, que representa um instrumento capaz de conduzir o objetivo industrializante, que para muitos é pautado no aumento da produtividade, na ampliação da competitividade e na atração de novos investimentos.

Para Villela e Correa (1995), os objetivos da intervenção do Estado na economia costumam estar circunscritos a um dos seguintes aspectos: a) maximizar a renda real média; b) alcançar um sistema de preços estável; c) atingir o pleno emprego; e d) melhorar a distribuição de riqueza. De acordo com os autores, promover a eficiência econômica e maximizar a renda real média representam os intentos mais tradicionais da política industrial.

2.4 Definição de política industrial

O debate que norteia o tema política industrial é controverso e inacabado na literatura econômica especializada, de modo que diferentes correntes teóricas concebem a esta distintos significados, sempre interligados com o grau de aceitação que se atribui à participação do Estado na economia (SUZIGAN; FURTADO, 2006). Tendo em vista um conceito mais geral do termo, busca-se, no presente tópico, apresentar uma definição de política industrial que não seja engessada por juízos de valores, de forma que se prima pela construção de uma concepção imparcial no que se refere às diferentes abordagens teóricas que se debruçam sobre o estudo do assunto.

Conforme Ferraz, Paula e Kupfer (2002, p. 545):

Do ponto de vista conceitual, a política industrial deve ser entendida como o conjunto de incentivos e regulações associadas a ações públicas, que podem afetar a alocação inter e intra-industrial de recursos, influenciando a estrutura produtiva e

patrimonial, a conduta e o desempenho dos agentes econômicos em um determinado espaço nacional.

A política industrial apresenta como objetivo mais tradicional a promoção da atividade produtiva direcionada a estágios de desenvolvimento superiores aos preexistentes em um determinado espaço nacional (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002). Nesse contexto, sua pretensão é aumentar a capacidade produtiva e competitiva das empresas e setores. Em países em desenvolvimento, a finalidade concentra-se em alcançar os líderes internacionais, e em países avançados, o intuito é manter a posição de liderança ou avançar sobre competidores de outras nações (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

Para Kupfer (2003), a política industrial deve ser pensada em uma perspectiva que vai ao encontro da promoção do crescimento econômico com mudança estrutural, de forma que viabilize um processo de desenvolvimento econômico. Conforme o autor, à política industrial cabe acelerar os processos de transformação produtiva que as forças de mercado executam com alguma lentidão e incapacidade de articulação. O autor defende ainda que políticas industriais bem sucedidas não se opõem ao mercado e tampouco se limitam a complementá-lo.

Ainda de acordo com Kupfer (2003), o debate inerente à política industrial não deve limitar-se à demarcação de fronteiras que separam o alcance do mercado e da política industrial como mecanismos alternativos de alocação econômica, de forma que as discussões sobre economia de mercado e política industrial tornam-se ociosas. Desse modo, o autor sustenta que a experiência internacional tem mostrado que em todos os países se verifica a prática de políticas industriais, e mesmo que elas possam diferir em termos de natureza e graus de ativismo dos instrumentos utilizados, são definidos horizontes, eleitas prioridades e coordenados os processos decisórios.

2.5 Diferentes abordagens teóricas sobre a política industrial na teoria econômica

São três as principais abordagens teóricas que norteiam as discussões no que concerne ao tema política industrial, cada uma delas engessada por bases analíticas e posições normativas que conduzem a um debate inacabado e controverso dentro da literatura econômica (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002). A seguir são explicitadas as concepções de política industrial segundo as óticas ortodoxa (que associa a política industrial às falhas de

mercado), desenvolvimentista (que associa a política industrial ao desenvolvimento das nações) e evolucionista (que associa a política industrial à evolução das competências dos agentes econômicos) (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

A visão neoclássica (ortodoxa) concebe o mercado competitivo como o alocador eficiente dos recursos (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002). Dessa forma, a atuação do Estado na atividade econômica seria passiva e somente se justificaria mediante a ocorrência de falhas de mercado, isto é, em condições de funcionamento subótimo da alocação dos recursos via mercados competitivos (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

Neste sentido, pela ótica das falhas de mercado, a política industrial, vista como indesejável e desnecessária, exerce um papel meramente corretivo, de forma que demanda medidas complementares à atuação dos agentes econômicos privados racionais, como sustentam Ferraz, Paula e Kupfer (2002, p. 552):

[...] se os mercados falham em prover o uso eficiente de recursos existiriam, em tese, espaços para a intervenção pública, na forma de políticas industriais. Assim, segundo uma perspectiva ortodoxa, a política industrial teria finalidade essencialmente corretiva, no sentido de amenizar os impactos negativos das falhas de mercado.

Diferentemente da ótica ortodoxa, que considera a atuação do Estado na atividade econômica como passiva e justificável apenas em detrimento da ocorrência de falhas de mercado, a abordagem desenvolvimentista atribui ao Estado um papel ativo como agente promotor do desenvolvimento econômico. Esta concepção, que justifica as ações intervencionistas, nas quais se encontra amparada, na noção de apoio e proteção à indústria nascente, utiliza-se de todos os instrumentos de política econômica com a finalidade de promover a industrialização.

Conforme destacam Ferraz, Paula e Kupfer (2002, p. 554), “em um Estado desenvolvimentista, as políticas beneficiam o setor privado, a empresa nacional, e priorizam o crescimento, a rivalidade e a produtividade, tendo como referência a melhor prática internacional, para emular experiências”. De acordo com os referidos autores, o Estado tem legitimidade política e conta com um corpo técnico capacitado, sendo portador dos instrumentos de intervenção, incentivo e regulação necessários, de modo que assume o controle do mercado.

Isto posto, pode-se considerar que a política industrial, pela ótica desenvolvimentista, consiste em um conjunto ordenado de ações e instrumentos regulados pelo Estado tendo em vista a ampliação da competitividade e o fortalecimento da indústria nascente. Esta

abordagem, segundo Ferraz, Paula e Kupfer (2002), guarda uma estreita relação com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas de um determinado país, de modo que o grau de intervencionismo se mostra maior quanto mais tardio for o processo de industrialização em que o país se encontra. Nesse contexto, cabe ao Estado decidir quais produtos e tecnologias devem ser encorajados no cenário produtivo mediante adoção de medidas protecionistas.

Com inspiração em Joseph Shumpeter, a ótica da competência para inovar (evolucionista) atribui às inovações a característica essencial de ser o motor do processo de desenvolvimento do capitalismo. De acordo com Ferraz, Paula e Kupfer (2002), esta abordagem rejeita os pressupostos de equilíbrio nos mercados, informação perfeita e racionalidade dos agentes, de forma que para os economistas filiados a esta corrente teórica, o que os ortodoxos chamam de falhas de mercado, na verdade representa a força do crescimento e da mudança estrutural do capitalismo, sendo necessária sua indução por meio de regimes específicos de regulação e incentivos.

A política industrial, pela ótica da competência para inovar, destaca as relações existentes entre estrutura de mercado, estratégia empresarial e progresso técnico. Os teóricos desta abordagem consideram que a estrutura de mercado possa influenciar as estratégias empresariais assim como também admitem a possibilidade de que as estratégias empresariais possam modificar as próprias estruturas de mercado (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

Pela ótica da competência para inovar, a política industrial e a política tecnológica encontram-se intrinsecamente relacionadas. De acordo com Ferraz, Paula e Kupfer (2002, p. 557), “[...] a política industrial e a política tecnológica superpõem-se, dando lugar ao que se denomina hoje política de inovação”. Neste sentido:

O âmbito da política industrial pela ótica da competência para inovar deve ser o estímulo a um ambiente econômico competitivo. Mais do que conferir prioridade à política antitruste, o Estado volta-se para estimular as empresas a desenvolverem novas capacitações, uma vez que o progresso tecnológico baseia-se em conhecimentos tácitos e específicos, de difícil transferência. Além disso, o Estado deve estimular a articulação e as alianças estratégicas para que essas aumentem as capacitações empresariais num ambiente competitivo mais seletivo (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002, p. 557).

A abordagem da competência para inovar considera imprescindível a existência de uma institucionalidade pública altamente capacitada para que a política industrial logre sucesso, dado que esta opera sob condições de incerteza por tratar de inovação tecnológica (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002). Desse modo, quando se tem em vista o papel do Estado como agente promotor do desenvolvimento econômico via política industrial,

corroborar-se que as abordagens desenvolvimentista e da competência para inovar apresentam semelhanças por atribuir ao Estado um papel ativo enquanto planejador do processo de desenvolvimento, ao passo que pela ótica das falhas de mercado o Estado participaria de forma passiva, apenas no intuito de corrigir situações de funcionamento subótimo da alocação de recursos via mercados competitivos.

O quadro 1 resume e evidencia as diferenças entre as três abordagens acerca da política industrial. Dessa forma, são explicitados os principais argumentos de cada corrente teórica com relação à necessidade ou não de intervenção do Estado por meio da política industrial.

Corrente ortodoxa	Esta perspectiva coloca em questão as fronteiras de atuação do Estado e do mercado na promoção de atividades econômicas, considerando que, se todos os mercados forem competitivos, a política industrial é desnecessária e indesejável, de modo que a intervenção governamental justifica-se apenas pela ocorrência de falhas de mercado, isto é, quando o mecanismo de preços não capturar todos os benefícios e custos de oportunidade associados à produção e ao consumo de bens.
Corrente desenvolvimentista	Esta perspectiva prioriza o poder econômico e produtivo das nações no cenário internacional e deve ser analisada levando-se em consideração três conjuntos de condicionantes: o contexto específico, que refere-se às características intrínsecas da nação em que a intervenção está sendo empreendida; o tempo histórico, relacionado ao estágio de desenvolvimento da nação em que se está implementado política ativas; e o contexto internacional, que contribuiu para definir se determinadas políticas intervencionistas devem ser aceitas ou rechaçadas. Conforme esta corrente, o Estado exerce um papel não apenas ativo, mas é responsável também por comandar o mercado, de forma que as autoridades tem poder decisório sobre que produtos e tecnologias devem ou não ser encorajados, mobilizando, para tanto, os instrumentos de incentivo e regulação necessários.
Corrente evolucionista	Esta perspectiva tem como foco a competência dos agentes econômicos em promoverem inovações capazes de transformar o sistema produtivo, destacando as relações entre estrutura de mercado, estratégia empresarial e progresso técnico, de forma que isto representa o cerne para avaliar como a estrutura de mercado influencia as estratégias empresariais e como as estratégias empresariais possuem a capacidade de alterar a própria estrutura de mercado. Para esta corrente, a inovação é considerada o motor do desenvolvimento capitalista.

Quadro 1 – Quadro resumo das correntes teóricas sobre a política industrial

Fonte: Elaborado com base em Ferraz, Paula e Kupfer (2002).

Em resumo, no que concerne ao papel da política industrial em cada uma das três abordagens referentes ao tema, tem-se que pela ótica das falhas de mercado, à política industrial é conferido um papel meramente complementar à atuação dos agentes econômicos dotados de racionalidade econômica, de modo que suas ações estão limitadas a medidas corretivas para amenizar as situações nas quais o mecanismo de preços do mercado é falho. Em contraste, pela ótica desenvolvimentista, a política industrial exerce um papel preponderante, sendo ativa e pautada em medidas protecionistas que atuam no âmbito da proteção e do apoio à indústria nascente, tendo em vista efetivar o objetivo industrializante. Na ótica da competência para inovar, o processo inovativo é posto no centro da discussão sob a qual gravita a política industrial, que se confunde com a política tecnológica e, juntamente dessa, origina a política de inovação, de modo que se lança mão da necessidade de uma institucionalidade pública altamente capacitada que viabilize o sucesso dessa política que opera estando suscetível a condições de incerteza por tratar de inovação tecnológica.

2.6 Ações e instrumentos de política industrial

É possível avaliar a política industrial de acordo com a natureza dos instrumentos de que se utiliza e conforme o alvo pretendido (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002). Neste sentido, há destaque para uma série de instrumentos e para dois alvos prioritários, que compreendem as ações de cunho horizontal e as ações de cunho vertical, originando, conseqüentemente, as políticas horizontais e as políticas verticais.

As políticas industriais horizontais, também chamadas de funcionais, são pautadas em medidas de alcance global. De acordo com Ferraz, Paula e Kupfer (2002, p. 559), “as políticas industriais horizontais são aquelas que buscam melhorar o desempenho da economia na sua totalidade, sem privilegiar alguma indústria específica”. Os autores ressaltam ainda que esse tipo de política industrial tem como objetivo alterar o mecanismo geral de alocação de recursos na produção.

As políticas industriais horizontais atuam no sentido da regulação e dos incentivos, utilizando-se de diversos instrumentos para atingir seus objetivos. Conforme Ferraz, Paula e Kupfer (2002), do ponto de vista da regulação, merecem destaque os instrumentos direcionados a: a) concorrência (como repressão de condutas anticompetitivas e controle de atos de concentração); b) infraestrutura (como as políticas de concessões e controle

administrativo de preços); c) propriedade intelectual (como patentes, marcas e transferência de tecnologias); e d) comércio exterior (como a política tarifária e não tarifária e a prevenção de concorrência desleal). Ainda de acordo com os referidos autores, do ponto de vista dos incentivos, os principais instrumentos mobilizados pelo Estado referem-se a: a) a inovação (em que se destacam os incentivos aos gastos com pesquisa e desenvolvimento, fomento à difusão de tecnologias e informações); b) ao capital (como crédito e financiamento a longo prazo, estímulos às exportações e financiamentos às importações); c) aos incentivos fiscais (que referem-se principalmente às deduções fiscais em âmbito nacional, estadual ou municipal como forma de promoção de atividades industriais); e d) às compras do governo (que constituem os mecanismos preferenciais para produtores locais).

São também citadas como alvos das políticas industriais horizontais uma série de políticas genéricas associadas ao desenvolvimento do entorno onde operam as empresas. Dentre elas, encontram-se a política de infraestrutura, a política de recursos humanos e a política de ciência e tecnologia.

As políticas industriais verticais, também chamadas seletivas, são introduzidas com o objetivo de fomentar indústrias, cadeias produtivas ou grupos específicos de empresas. De acordo com Ferraz, Paula e Kupfer (2002, p. 560), “as políticas industriais verticais privilegiam deliberadamente um indústria específica”. Os autores sustentam ainda que este tipo de política industrial tem como característica modificar as regras de alocação entre setores, de forma que se justifica o argumento do favorecimento de algumas indústrias em detrimento de outras por quatro vieses, que são: a) a existência de indústrias com maior valor agregado; b) a existência de indústrias com grande poder de encadeamento; c) a existência de indústrias com grande dinamismo potencial; e d) a existência de indústrias nascentes ou com retornos crescentes de escala.

Acerca dos instrumentos de política industrial, Ferraz, Paula e Kupfer (2002) sustentam que estes podem ser agrupados de acordo com a sua natureza e classificam-se em dois grupos. Do primeiro grupo, que comporta o regime de regulação, fazem parte a arbitragem do processo concorrencial, englobando a política antitruste e a comercial, e as regulações referidas à propriedade intelectual, consumidor e meio ambiente (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002). O segundo grupo, relacionado ao regime de incentivos, lança mão de medidas fiscais e financeiras, como os incentivos fiscais concedidos à pesquisa e desenvolvimento e créditos e estímulos à exportação (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002).

Para Kon (1999), as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento industrial utilizam-se de instrumentos de ação básicos, classificados em quatro categorias, da seguinte

forma: instrumentos fiscais, instrumentos monetários, instrumentos cambiais e instrumentos de intervenção direta.

Os instrumentos fiscais referem-se aos fluxos de receitas e despesas do setor público. Para Kon (1999), do ponto de vista das receitas, a política tributária, via diferenciação de alíquotas dos tributos, cria condições de estímulo ou desestímulo a setores diferenciados, e do ponto de vista das despesas, o objetivo primordial consiste em controlar a demanda agregada, em programas de estabilização ou de fomento à elevação da atividade econômica global, utilizando-se, para tanto, do aumento ou da diminuição do custeio, dos investimentos públicos e dos subsídios às unidades de produção.

No que concerne aos instrumentos monetários, tem-se que estes se referem à oferta de moeda mediante o controle das taxas de reserva bancária, das operações de redesconto junto aos bancos e das operações de mercado aberto, de modo que podem influenciar a atividade industrial contribuindo tanto para estimular o investimento produtivo quanto para desestimular a produção em conjunturas adversas (KON, 1999). Os instrumentos cambiais, por sua vez, atuam diretamente no nível de atividade econômica de setores específicos, por meio da fixação da relação de valor entre a moeda corrente do país e as moedas conversíveis de outros países (KON, 1999).

Cabe ainda explicitar o que são os instrumentos de intervenção direta. Segundo Kon (1999), os instrumentos de intervenção direta atuam, primeiramente, regulando a atividade de produção e, posteriormente, fixando e controlando os preços dos produtos. Por último, por meio da regulação da remuneração dos fatores de produção, atinge-se de forma direta os custos empresariais de produção e comercialização (KON, 1999).

Como visto, são inúmeros os instrumentos e ações de política industrial que atuam no âmbito do desenvolvimento industrial. Neste sentido, considera-se importante o papel desempenhado pelo Estado como entidade promotora da política industrial no intento de alcançar o crescimento econômico via industrialização. Acredita-se também que, pelo fortalecimento da indústria, torne-se possível reduzir as desigualdades regionais e beneficiar o desenvolvimento econômico.

2.7 Trajetória recente da política industrial no Brasil

O presente tópico procura destacar a trajetória recente da política industrial no Brasil, mais especificamente a partir do ano de 2004, em que se tem uma formulação específica de um plano de política industrial estruturado com base na promoção do desenvolvimento industrial propriamente dito. É importante ressaltar que não é objetivo do trabalho discutir a evolução histórica da política industrial no País, mas sim simplificar os mais recentes planos de política industrial sob os quais vem sendo formulada e implementada a política industrial desenvolvida no RS, de acordo com as necessidades mais urgentes identificadas na esfera estadual para o alcance do desenvolvimento da indústria gaúcha. Dessa forma, segue o quadro 2 que sintetiza os planos de política industrial desenvolvidos em âmbito nacional a partir do ano de 2004.

<p>PITCE (2004-2007)</p> <p>Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior</p>	<p>Seu objetivo central consistia em fortalecer e expandir a base industrial brasileira por meio da melhoria da capacidade inovadora das empresas. Foi planejada a partir de uma visão estratégica de longo prazo, tendo como pilar central a inovação e a agregação de valor aos processos, produtos e serviços da indústria nacional, propondo-se a atuar em três eixos: linhas de ação horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico, inserção externa/exportações, modernização industrial, ambiente institucional); setores estratégicos (software, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos); e em atividades portadoras de futuro (biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis).</p>
<p>PDP (2008-2010)</p> <p>Política de Desenvolvimento Produtivo</p>	<p>Seus objetivos centrais consistiam em fortalecer a economia do País, sustentar o crescimento econômico e incentivar a exportação. Esta política foi norteada com base em dois princípios: o diálogo com o setor privado e o estabelecimento de metas, necessário ao seu permanente monitoramento. Dentre suas metas, constavam: acelerar o investimento fixo, estimular a inovação, ampliar a inserção internacional do Brasil e aumentar o número de micro e pequenas empresas exportadoras.</p>
<p>PBM (2011-2014)</p> <p>Plano Brasil Maior</p>	<p>Seu objetivo central consiste no estímulo à inovação e à produção nacional como forma de alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo. Propõe-se a mobilizar as forças produtivas para inovar, competir e crescer, de modo que se aproveitem as competências presentes nas empresas, na academia e na sociedade tendo em vista a construção de um País mais próspero e inclusivo.</p>

Quadro 2 – Quadro resumo da trajetória recente a política industrial no Brasil

Fonte: ABDI (2015).

De acordo com Guerriero (2012), o objetivo perseguido pela PITCE consistiu em fomentar a atividade inovativa e, a partir dela, impulsionar o desenvolvimento tecnológico e produtivo da indústria brasileira. Acerca da PDP, o autor alude que foi introduzido o instrumento de metas que, no entanto, não perseguiram uma mudança estrutural, mas a sustentação de um círculo virtuoso de crescimento que o país vivia até 2008. Ainda conforme Guerriero (2012), no PBM, buscou-se articular o desafio de evitar uma especialização regressiva com o cenário de dificuldades externas para impulsionar a dinamização da indústria, incluindo o uso do poder de compra governamental, que ganhou espaço político na conjuntura de crise.

2.8 Caracterização da atual política industrial do RS

A estratégia de desenvolvimento industrial do RS, nos últimos anos, consiste em uma política industrial de cunho setorial, que parte da identificação dos setores estratégicos da economia gaúcha. Esta política visa atingir, dentre outros, os seguintes objetivos: modificar as taxas de crescimento do produto a fim de aumentar a participação do RS no PIB brasileiro; fomentar o adensamento de cadeias produtivas no território estadual, com ênfase no fortalecimento de grupos empresariais e do sistema cooperativista do estado; e promover investimentos em regiões de menor renda relativa (SCT, 2015).

A política industrial atual do RS, de acordo com os pilares sob os quais foi construída, consiste em uma política de indústria, de inovação e de promoção do comércio exterior, articulada com a política do governo federal (STC, 2015). Suas características mais essenciais lhe conferem o caráter de uma política geral ou funcional, amparada em medidas com impacto difuso sobre a indústria e mesmo diretamente sobre os demais setores da atividade econômica (STC, 2015). Assume também a característica de uma política seletiva, que busca fortalecer setores industriais selecionados (STC, 2015).

O desdobramento das dimensões da política industrial gaúcha institui dois conjuntos de ações inter-relacionados. De um lado, as ações transversais, destinadas à economia como um todo, objetivando aumentar a eficiência das unidades produtoras; e de outro, as ações setoriais, cujo foco está na implementação de programas e projetos voltados para o fortalecimento de setores industriais selecionados (STC, 2015).

A atual política industrial do RS encontra-se estruturada em cinco eixos estratégicos, cuja finalidade é orientar as ações específicas destinadas ao desenvolvimento industrial do estado. Esses eixos de atuação e sua abrangência estão simplificados no quadro 3.

Eixo I Política Setorial	Busca fortalecer o desenvolvimento das diferentes indústrias, sejam tradicionais ou pertencentes à nova economia, atuando sobre os fatores determinantes da competitividade regional e setorial e tendo a inovação e a tecnologia como vetores centrais dessa competitividade.
Eixo II Política da Economia da Cooperação	Busca modificar a dinâmica da ação isolada de indivíduos, empresas e outras organizações por meio de práticas que enfatizam a cooperação e a geração intencional de sinergias. Desse modo, procura incidir sobre a competitividade das empresas a partir de uma perspectiva coletiva e com forte componente territorial.
Eixo III Política da Firma	Consiste de uma abordagem para a ação direta no campo microeconômico com o objetivo central de atender empresas interessadas em implantar ou expandir suas atividades no Estado.
Eixo IV Instrumentos Transversais	Procuram mobilizar recursos públicos que atingem os setores da atividade econômica como um todo.
Eixo V Infraestrutura para o Desenvolvimento	Reúne programas e projetos relacionados a três pilares de sustentação do desenvolvimento econômico: logística, energia e comunicação. Engloba, portanto, projetos estratégicos de largo espectro que buscam satisfazer demandas latentes e futuras.

Quadro 3 – Eixos da política industrial do RS

Fonte: STC (2015).

Cabe ainda ressaltar quais são os setores elencados como estratégicos e que norteiam as ações de política industrial direcionadas ao desenvolvimento da indústria gaúcha. Neste sentido, tem-se uma segmentação dos setores em dois conjuntos, os pertencentes à economia tradicional e o que fazem parte da nova economia, de forma que ambos os conjuntos foram organizados conforme três níveis de atuação: prioritários, preferenciais, e especiais. O quadro 4 apresenta a síntese da política industrial setorial do RS.

Setores da nova economia	Setores da economia tradicional
<p>Prioritários:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Indústria oceânica e polo naval. 	<p>Prioritários:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Agroindústria – carne bovina, carne suína, avicultura, leite e derivados, arroz, soja e milho, vitivinicultura; ✓ Automotivo e implementos rodoviários.
<p>Preferenciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reciclagem e despoluição; ✓ Energia eólica. 	<p>Preferenciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Bens de capital – máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e industriais; ✓ Madeira, celulose e móveis.
<p>Especiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Biocombustíveis – etanol e biodiesel; ✓ Semicondutores; ✓ Saúde avançada e medicamentos; ✓ Indústria da criatividade. 	<p>Especiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Equipamentos para indústria de petróleo e gás; ✓ Petroquímica, produtos de borracha e material plástico; ✓ <i>Software</i>; ✓ Eletrônica, automação e telecomunicações; ✓ Calçados e artefatos.

Quadro 4 – Política industrial setorial do RS
 Fonte: STC (2015).

Em resumo, como destaca Martins (2012), a política industrial que vem sendo desenvolvida no RS tem como base o compromisso com a governança na busca de resultados econômicos. Conforme a autora, o modelo de desenvolvimento industrial adotado no estado caracteriza-se pela conexão entre diferentes políticas de desenvolvimento (política setorial, política da economia da cooperação e política da firma) elaboradas de forma processual e participativa. Dessa forma, Martins (2012) alude que a atual política industrial gaúcha consiste em uma política voltada para a promoção do desenvolvimento.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo é descrita a metodologia que norteia o estudo. Dessa forma, inicialmente busca-se caracterizar a pesquisa conforme sua natureza e seu objetivo e, posteriormente, especificar o método empregado no desenvolvimento da presente pesquisa.

Em seguida, segue-se à descrição do critério metodológico de divisão regional do RS, que considera a existência de três regiões no estado: a Região Norte, a Região Nordeste e a Região Sul. Apresenta-se também a subdivisão das supracitadas regiões em seus respectivos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Por fim, são descritos os aspectos relacionados à coleta e ao tratamento dos dados utilizados nas análises, bem como as bases de dados que deram suporte ao trabalho.

3.1 Classificação da pesquisa e método empregado no desenvolvimento no estudo

Pesquisa, segundo Gil (2008), pode ser definida como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico e caracteriza-se por apresentar como objetivo fundamental a descoberta de respostas para problemas, utilizando-se, para tanto, do emprego de procedimentos científicos. Conforme Markoni e Lakatos (p. 155, 2009), pesquisa consiste em um “procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. A presente pesquisa, do ponto de vista de sua natureza, classifica-se como aplicada e quanto ao seu objetivo, como descritiva.

Conforme Cervo e Bervian (1983), na pesquisa aplicada, o pesquisador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos, mais ou menos imediatos, de modo de que busca soluções para problemas concretos. Ainda de acordo com os referidos autores, este tipo de pesquisa pretende alcançar, além da atualização de conhecimentos para uma nova tomada de posição, transformar em ação concreta os resultados de seu trabalho.

Nas pesquisas descritivas, como destacam Cervo e Bervian (1983), o pesquisador, sem interferir, dedica-se ao estudo de fatos e fenômenos do mundo físico e especialmente do mundo humano. Os autores aludem que nestas pesquisas procura-se descobrir, com a precisão

possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros fenômenos, sua natureza e suas características.

De acordo com Gil (2008, p. 28), “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Conforme o referido autor, são inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Para Cervo e Bervian (1983, p. 56), em uma pesquisa descritiva, busca-se “[...] conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas”. Em síntese, ainda conforme os referidos autores, em uma pesquisa descritiva procura-se observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos [variáveis], sem manipulá-los.

A presente pesquisa, do ponto de vista do método científico aplicado em seu processo de desenvolvimento, fundamenta-se no método monográfico. De acordo com Gil (2008, p. 18) “o método monográfico parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades, etc.”.

No método monográfico, a investigação deve examinar o tema escolhido de forma que sejam analisados todos os fatores que o influenciaram em todos os seus aspectos (MARCONI; LAKATOS, 2009). Desse modo, o método monográfico está de acordo com o propósito desta pesquisa, que consiste em analisar e discutir as potencialidades da política industrial atuando como um instrumento de desenvolvimento regional para a Região Norte do RS, em que se parte da existência de desigualdades regionais decorrentes do processo de formação econômica do estado.

Não obstante, no âmbito da formação econômica do RS, acredita-se que o processo de industrialização das regiões gaúchas pontua como o fator preponderante para a configuração desigual entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul. Dessa forma, observando-se o problema sob esta ótica, considera-se que ações e instrumentos de política industrial sejam capazes de mitigar este quadro de desigualdades regionais existente no estado. Para tanto, considera-se necessário desenvolver os mecanismos adequados de política industrial como forma de reduzir o atraso relativo da Região Norte em relação à Região Nordeste, mediante estímulo ao desenvolvimento industrial.

3.2 Critério de divisão regional do RS

Analisar problemas regionais sejam eles de ordem econômica, social ou política, requerer, em um primeiro momento, que se defina uma partição do espaço capaz de proporcionar uma base adequada para organizar informações estatísticas (ALONSO; BANDEIRA, 1994). Delimitar unidades espaciais torna-se, desse modo, fundamental quando se tem em vista tratar de questões empíricas. Para tanto, primeiramente deve-se estabelecer os critérios metodológicos que servirão de base para esta divisão.

A homogeneidade entre as regiões, isto é, a presença de certas similaridades entre as mesmas, é o marco conceitual e metodológico que tem norteado a divisão regional em diversos níveis. Em estudo acerca das desigualdades regionais do RS, Alonso e Bandeira (1994), utilizando-se do critério de homogeneidade histórica, propõe como divisão regional para o estado a existência de três grandes regiões, a Região Norte (N), Região Nordeste (NE) e a Região Sul (S), conforme apresenta-se na Figura 1.

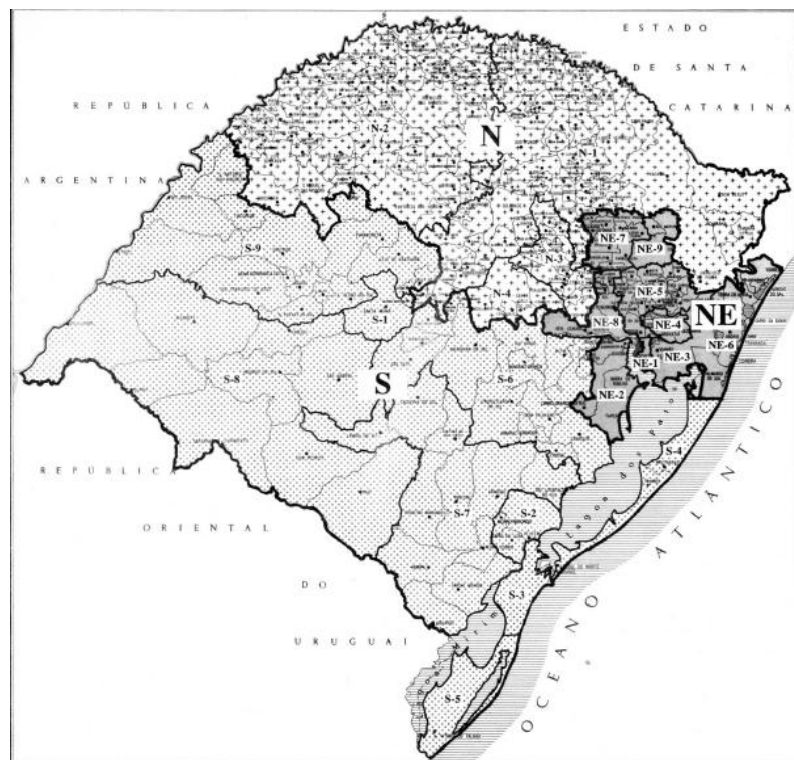


Figura 1 – Divisão regional do RS

Fonte: Alonso e Bandeira (1994).

Alonso e Bandeira (1994), no processo de delineamento dessas três regiões, debruçaram-se sobre um longo e rigoroso estudo que lhes conduziu a considerar, como já mencionado, o critério de homogeneidade histórica como marco conceitual e metodológico para constituir a presente divisão regional. Outra preocupação dos autores consistiu em manter, como um dos pontos fundamentais para estabelecer similaridades entre as regiões, o critério de comparabilidade dos dados ao longo do tempo. Desse modo, tendo como referência esses dois critérios e buscando apoio na literatura relativa à histórica econômica do RS, foi possível subdividir o estado em três grandes regiões, cada uma delas marcada por traços históricos peculiares que permitiram instituir essa divisão regional que tem sido amplamente utilizada por diversos pesquisadores ao tratarem das desigualdades regionais do RS.

3.3 Subdivisão das Regiões Norte, Nordeste e Sul do RS em Coredes

Tendo em vista subdividir o RS em partições do espaço que contenham semelhanças entre si e que possibilitem a implementação de estratégias direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico regional como forma de reduzir as desigualdades regionais, o estado foi dividido em Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Dessa forma, surgiram os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Coredes), que atualmente são em número de 28.

A presente pesquisa, para coleta e sistematização dos dados, parte de uma divisão regional, proposta por Pinto e Coronel (2013), em que as Regiões Norte, Nordeste e Sul do RS são subdivididas em Coredes. O quadro 5 apresenta a subdivisão das regiões gaúchas em seus respectivos Coredes.

Região Norte	Região Nordeste	Região Sul
Alto da Serra do Botucaraí	Campos de Cima da Serra	Campanha
Alto Jacuí	Hortênsias	Central
Celeiro	Litoral	Centro-Sul
Fronteira Noroeste	Metropolitano Delta do Jacuí	Fronteira Oeste
Médio Alto Uruguai	Paranhana-Encosta da Serra	Jacuí-Centro
Missões	Serra	Sul
Nordeste	Vale do Caí	Vale do Jaguari
Noroeste Colonial	Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio Pardo
Norte	Vale do Taquari	
Produção		
Rio da Várzea		

Quadro 5 – Subdivisão das Regiões Norte, Nordeste e Sul do RS em Coredes
 Fonte: Adaptado de Pinto e Coronel (2013).

Os dados analisados na pesquisa foram coletados para os Coredes que fazem parte da Região Norte do estado. A presente divisão também justifica o período de análise, de forma que a última alteração no número de Coredes aconteceu em 2008 e, em virtude disso, o período a ser analisado inicia-se no ano de 2008 e estende-se até o ano de 2012, último ano para o qual se tem informações disponíveis, em dados consolidados e já divulgados referente às variáveis utilizadas como suporte analítico para esta pesquisa.

3.4 Coleta, tratamento e fonte dos dados

De acordo com Marconi e Lakatos (2009), toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas neste processo. No presente estudo, o banco de dados utilizado para coleta dos dados secundários referencia-se no site da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do RS.

De forma mais específica, os dados foram coletados de dois bancos de dados da FEE, o Portal FEE e o FEEDADOS. O primeiro disponibiliza informações, dados estatísticos e mapas do RS. O segundo consiste em um banco de dados que reúne informações de natureza socioeconômica relativas ao estado e a seus municípios. Em ambos os sites é possível filtrar as buscas conforme a área geográfica de abrangência da pesquisa.

Tendo em vista analisar as potencialidades da política industrial como um instrumento capaz de viabilizar o crescimento econômico da Região Norte do RS, por meio do estímulo ao desenvolvimento industrial, os dados analisados referem-se ao PIB e ao VAB do estado.

Neste sentido, a análise descritiva dessas variáveis pretendeu, em um primeiro momento, comprovar a configuração desigual entre as regiões gaúchas e, em um segundo momento, destacar o papel dos setores produtivos na formação dessas desigualdades, enfatizando a necessidade de se traçar ações específicas, em termos de uma política de desenvolvimento regional, que possibilite promover um processo contínuo de crescimento econômico na Região Norte via fortalecimento da indústria.

Após a coleta, os dados foram ordenados e classificados de forma sistemática, seguindo as seguintes etapas: seleção, codificação e tabulação. As duas primeiras referem-se, respectivamente, ao exame minucioso e categorização dos dados (MARKONI; LAKATOS, 2009). A terceira etapa, a tabulação dos dados, foi realizada com auxílio do programa Microsoft Office Excel, de modo que se construíssem tabelas para facilitar a análise descritiva e interpretação dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, são apresentados os resultados da pesquisa, em que se parte da descrição dos agregados macroeconômicos do RS no período de que compreende os anos de 2008 a 2012, destacando-se as peculiaridades inerentes à estrutura produtiva do estado. São também explicitadas as desigualdades regionais entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul do RS, buscando-se destacar a importância da indústria na configuração díspar entre as regiões gaúchas.

Dentre os Coredes da Região Norte, destaca-se, para fins de análise do presente estudo, o Corede Fronteira Noroeste, de modo que se parte da existência de um consolidado polo industrial metal-mecânico neste Corede, movido pela força de duas indústrias motrizes, a AGCO e a John Deere, respectivamente localizadas nos municípios Santa Rosa e Horizontina. Dessa forma, busca-se descrever a estrutura produtiva do Corede Fronteira Noroeste, no período de 2008 a 2012, com foco na representatividade de Santa Rosa e Horizontina em virtude da presença das citadas indústrias motrizes que figuram como os agentes motores do processo de crescimento econômico regional.

4.1 Análise descritiva dos agregados macroeconômicos do RS de 2008 a 2012

No cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) a preço de mercado considera-se o Valor Adicionado Bruto (VAB) a preço básico subtraindo-se os serviços de intermediação financeira indiretamente medidos e adiciona-se os impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (FEE, 2015). O Valor Adicionado Bruto a preço básico representa a diferença entre o Valor Bruto da Produção, a preços do produtor, e o Consumo Intermediário, a preços de mercado (FEE, 2015). Esta variável permite analisar de forma mais efetiva a participação relativa de cada setor no processo produtivo de um sistema econômico. Dessa forma, considerando-se a existência de três setores, o agropecuário, o industrial e o de serviços, é possível identificar a representatividade de cada setor no total do produto de uma economia.

De 2008 a 2012, o VAB do RS equivale a 86,52% do total do PIB do estado no período considerado, com destaque para o setor de serviços³, cuja participação no VAB estadual corresponde a 63,40% deste somatório, seguido pelo setor industrial (27,35%) e, posteriormente, pelo setor agropecuário (9,25%) (Tabela 1). Cabe ressaltar que na composição do PIB do RS o setor de serviços representa uma parcela de 54,86%, enquanto que o setor industrial apresenta uma proporção de 23,66% nesta soma e o setor agropecuário 8,00% (FEE, 2015).

Tabela 1 – Participação de cada setor produtivo na composição do VAB do RS de 2008 a 2012

Setor	Participação no VAB
Agropecuário	9,25%
Industrial	27,35%
Serviços	63,40%
Total	100,00%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

Com base nos dados apresentados na Tabela 1, observa-se que o setor industrial, comparado ao setor agropecuário, apresenta maior peso relativo na estrutura produtiva do estado, visto que se verifica uma diferença, entre esses dois setores, de 18,10% na composição do VAB estadual. No entanto, é necessário considerar que a indústria não se desenvolveu de forma homogênea entre todas as regiões do RS, assim como o crescimento das regiões gaúchas também se deu de modo desigual, muitas vezes em virtude das especificidades da própria estrutura produtiva regional, em que se consolidaram ou as atividades ligadas ao setor agropecuário, ou as atividades ligadas ao setor industrial.

4.2 Atual configuração das desigualdades regionais do RS considerando-se a estrutura produtiva das Regiões Norte, Nordeste e Sul de 2008 a 2012

No período que compreende os anos de 2008 a 2012, observa-se que a Região Nordeste representa 61,58% do PIB e 60,68% do VAB do RS, concentrando, sozinha, mais da

³ Conforme alude Strachman (2002), nas economias capitalistas, é crescente a maior participação do setor de serviços no conjunto produtivo, de forma que o setor industrial vem sendo, em muitos casos, suplantado por este setor. Todavia, de acordo com o referido autor, isso em nada impede que a indústria comande a lógica produtiva de uma sociedade por meio de suas relações com outros setores do sistema produtivo.

metade do PIB e do VAB estadual (Tabela 2). Isto sugere que há, nesta região, uma concentração espacial das atividades produtivas em detrimento das demais regiões do estado.

De 2008 a 2012, a Região Sul representa 21,62% do PIB e 21,57% do VAB do RS, ao passo que a Região Norte, neste mesmo período, soma 16,79% no PIB e 17,75% no VAB do estado (Tabela 2). Juntas, as Regiões Norte e Sul correspondem a 38,41% do PIB e 39,32% do VAB gaúcho, de forma que se observa um atraso relativo dessas duas regiões com relação à Região Nordeste.

Tabela 2 – Participação das Regiões Norte, Nordeste e Sul no PIB e no VAB do RS de 2008 a 2012

Região	Participação no PIB do RS	Participação no VAB do RS
Norte	16,79%	17,75%
Nordeste	61,58%	60,68%
Sul	21,62%	21,57%
RS	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

Os dados apresentados conferem com a histórica econômica do RS, que aponta a Região Nordeste como a que mais cresceu ao longo dos anos em detrimento das Regiões Norte e Sul. Isto pode, em parte, ser explicado pelas atividades produtivas que se desenvolveram em cada região, como sugere Bandeira (1994), que considera a diferença entre as estruturas fundiárias e os tipos de atividade econômica historicamente predominantes nas regiões como os fatores de maior importância relacionados ao crescimento de cada uma delas.

Este quadro de desigualdades regionais entre as regiões gaúchas decorre, principalmente, da dinâmica evolutiva do setor industrial em cada região. Analisando-se a problemática sob este ângulo, Almeida (1992) alude que os processos de povoamento e de apropriação da terra do RS resultaram na formação histórica de duas sociedades díspares em termos de estrutura e localização, dando origem à sociedade da pecuária e à sociedade da colônia. Conforme o autor, as disparidades de estruturação social e material existentes entre essas duas sociedades, relativamente desvinculadas durante longo período de tempo, pontuam como os fatores responsáveis pela configuração desigual no que tange às capacitações para a transformação social e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da indústria no estado.

Na Região Norte, verifica-se que o setor de serviços apresenta o maior VAB (60,71%), seguido pelo setor agropecuário (20,11%) e posteriormente pelo setor industrial (19,18%) (Tabela 3). Com relação à participação de cada setor produtivo da Região Norte no VAB

setorial do RS, observa-se que o setor agropecuário corresponde a 38,57% do VAB do setor agropecuário do estado, enquanto que o setor industrial representa 12,45% do VAB do setor industrial do estado e o setor de serviços soma 17,00% no VAB do setor de serviços do estado, conferindo a Região Norte uma participação total de 17,75% na composição do VAB do RS (Tabela 3).

Tabela 3 – Composição do VAB da Região Norte do RS de 2008 a 2012

Setor	Participação no VAB da Região	Participação setorial no VAB do RS
Agropecuário	20,11%	38,57%
Industrial	19,18%	12,45%
Serviços	60,71%	17,00%
Total	100,00%	17,75%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

Alonso (2003) destaca o papel significativo do setor agropecuário na base econômica da Região Norte, em que a estrutura fundiária é predominantemente constituída por pequenas e médias propriedades, de modo que se tem encontrado facilidade para introduzir um processo de diversificação produtiva via articulação de, pelo menos, seis linhas de produção, representadas por soja, milho, laticínios, fumo, carnes suína e de aves. O autor destaca também o desempenho integrado dos setores agropecuário e industrial como fatores capazes de contribuir para promoção do crescimento econômico regional.

Na Região Nordeste, verifica-se que o setor de serviços apresenta maior VAB (65,14%), seguido pelo setor industrial (31,42%) e posteriormente pelo setor agropecuário (3,43%) (Tabela 4). Com relação à participação de cada setor produtivo da Região Nordeste no VAB setorial do RS, observa-se que o setor agropecuário corresponde a 22,52% do VAB do setor agropecuário do estado, enquanto que o setor industrial representa 69,72% do VAB do setor industrial do estado e o setor de serviços soma 62,34% no VAB do setor de serviços do estado, conferindo a Região Nordeste uma participação total de 60,68% na composição do VAB do RS (Tabela 4). Deve-se atentar que, no que concerne ao setor industrial, a Região Nordeste concentra mais da metade do VAB deste setor no RS, o que sugere uma significativa concentração da atividade industrial gaúcha nesta região.

Tabela 4 – Composição do VAB da Região Nordeste do RS de 2008 e 2012

Setor	Participação no VAB da Região	Participação setorial no VAB do RS
Agropecuário	3,43%	22,52%
Industrial	31,42%	69,72%
Serviços	65,14%	62,34%
Total	100,00%	60,68%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

Conforme Alonso (2003), a Região Nordeste, do ponto de vista de sua estrutura produtiva, reveste-se de características notoriamente distintas das Regiões Norte e Sul, ao passo que nesta região o setor agropecuário apresenta menor participação relativa na composição do VAB regional e o setor industrial representa parcela considerável neste somatório, situação diferente da observada nas Regiões Norte e Sul, em que a indústria é superada pela agropecuária em termos de sua representatividade no VAB destas regiões. Ainda de acordo com Alonso (2003), fazendo-se um recorte territorial da Região Nordeste, é possível identificar duas dimensões aglomerativas, sendo uma de caráter metropolitano e outra de caráter não metropolitano, consideradas, juntas, as áreas mais dinâmicas da economia gaúcha.

Na Região Sul, verifica-se que o setor de serviços apresenta maior VAB (60,62%), seguido pelo setor industrial (22,60%) e posteriormente pelo setor agropecuário (16,69%) (Tabela 5). Com relação à participação de cada setor produtivo da Região Sul no VAB setorial do RS, observa-se que o setor agropecuário corresponde a 38,90% do VAB do setor agropecuário do estado, enquanto que o setor industrial representa 17,82% do VAB do setor industrial do estado e o setor de serviços soma 20,66% no VAB do setor de serviços do estado, conferindo a Região Sul uma participação total de 21,57% na composição do VAB do RS (Tabela 5).

Tabela 5 – Composição do VAB da Região Sul do RS de 2008 a 2012

Setor	Participação no VAB da Região	Participação setorial no VAB do RS
Agropecuário	16,69%	38,90%
Industrial	22,60%	17,82%
Serviços	60,62%	20,66%
Total	100,00%	21,57%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

De acordo com Alonso (2003), a Região Sul, ao longo de sua história, manteve uma estrutura produtiva especializada em poucos produtos, inicialmente carne bovina e lã e

atualmente baseada nas cadeias produtivas do arroz e da bovinocultura. O autor destaca que o desempenho da economia da Região Sul está diretamente relacionado ao dinamismo do setor agropecuário, ao passo que esta região enfrentou um processo de desindustrialização relativa nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, sendo que em algumas áreas da região este processo chegou a configurar um quadro de desindustrialização absoluta.

Comparando-se as três regiões, é possível atribuir o maior desempenho econômico observado na Região Nordeste à participação mais efetiva do setor industrial na estrutura produtiva regional, enquanto que nas Regiões Norte e Sul há pouca diferença entre a representatividade do setor industrial e do setor agropecuário. Desse modo, observa-se que as desigualdades regionais existentes entre as regiões gaúchas estão condicionadas ao grau de desenvolvimento da indústria, de forma que a Região Nordeste, que concentra mais da metade do VAB do setor industrial do estado, é considerada a região mais dinâmica do RS, enquanto as Regiões Norte e Sul, em que o setor industrial apresenta menor peso relativo no VAB estadual, são vistas como as regiões mais atrasadas do RS.

Constata-se que a dinâmica produtiva de cada região exerce significativo impacto no desempenho econômico regional, de modo que ao setor industrial é possível atribuir a característica de condicionante mais expressivo no que se refere ao crescimento econômico regional. Neste sentido, considerando-se que o processo de industrialização das regiões gaúchas se deu de modo desigual, como destaca Almeida (1992), e que a atividade industrial do RS está concentrada na Região Nordeste, atenta-se para a importância de potencializar a produção industrial nas regiões do estado que contam com uma indústria ainda incipiente.

4.3 Análise descritiva da estrutura produtiva dos Coredes da Região Norte do RS de 2008 a 2012

Considerando-se o PIB dos Coredes que compõe a Região Norte do RS, verifica-se que os Coredes Produção (21,12%), Norte (11,74%), Missões (10,80%), Alto Jacuí (10,75%), Fronteira Noroeste (10,33%) e Noroeste Colonial (9,44%) são os que contribuem com maior parcela na composição do PIB regional (Tabela 6).

Tabela 6 – Participação dos Coredes da Região Norte do RS na composição do PIB da região de 2008 a 2012

Corede	Participação na Região Norte
Alto da Serra do Botucará	3,80%
Alto Jacuí	10,75%
Celeiro	5,08%
Fronteira Noroeste	10,33%
Médio Alto Uruguai	5,44%
Missões	10,80%
Nordeste	6,30%
Noroeste Colonial	9,44%
Norte	11,74%
Produção	21,12%
Rio da Várzea	5,21%
Região Norte	100,00%

Fonte: Elaborado com base nos dados da FEE (2015).

Considerando-se o VAB dos Coredes que compõe a Região Norte do RS, observa-se que os Coredes Produção (20,77%), Norte (11,73%), Missões (10,78%), Alto Jacuí (10,59%), Fronteira Noroeste (10,31%) e Noroeste Colonial (9,36%) são mais representativos na formação do VAB regional (Tabela 7).

Tabela 7 – Participação dos Coredes da Região Norte do RS na composição do VAB da região de 2008 a 2012

Corede	Participação na Região Norte
Alto da Serra do Botucará	3,92%
Alto Jacuí	10,59%
Celeiro	5,23%
Fronteira Noroeste	10,31%
Médio Alto Uruguai	5,60%
Missões	10,78%
Nordeste	6,36%
Noroeste Colonial	9,36%
Norte	11,73%
Produção	20,77%
Rio da Várzea	5,33%
Região Norte	100,00%

Fonte: Elaborada com base nos da FEE (2015).

No setor agropecuário da Região Norte do RS, mais representativos são os Coredes Missões (12,78%), Produção (12,76%), Norte (10,03%) e Alto Jacuí (9,76%) (Tabela 8). No setor industrial da Região Norte do RS, destacam-se os Coredes Produção (21,84%), Norte (17,93%), Fronteira Noroeste (13,89%) e Alto Jacuí (9,28%) (Tabela 8). No setor de serviços

da Região Norte do RS sobressaem-se os Coredes Produção (23,09%), Alto Jacuí (11,28%), Missões (10,66%), Norte (10,34%) e Noroeste Colonial (10,32%) (Tabela 8).

Tabela 8 – Participação dos setores produtivos dos Coredes da Região Norte do RS na composição do VAB setorial da região de 2008 a 2012

Corede	Setor		
	Agropecuário	Industrial	Serviços
Alto da Serra do Botucarái	6,02%	1,88%	3,87%
Alto Jacuí	9,76%	9,28%	11,28%
Celeiro	7,60%	3,43%	5,01%
Fronteira Noroeste	9,33%	13,89%	9,50%
Médio Alto Uruguai	7,77%	4,73%	5,16%
Missões	12,78%	9,09%	10,66%
Nordeste	8,88%	5,73%	5,73%
Noroeste Colonial	7,52%	8,27%	10,32%
Norte	10,03%	17,93%	10,34%
Produção	12,76%	21,84%	23,09%
Rio da Várzea	7,55%	3,95%	5,04%
Região Norte	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

Comparando-se a participação produtiva dos Coredes da Região Norte do RS, observa-se que, na formação do VAB total dos Coredes, o setor agropecuário é mais representativo do que o setor industrial nos Coredes Alto da Serra do Botucarái, Alto Jacuí, Celeiro, Médio Alto Uruguai, Missões, Nordeste e Rio da Várzea (Tabela 9). Nos Coredes Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial, Norte e Produção, o setor industrial apresenta uma proporção maior na composição do VAB desses Coredes quando comparado ao setor agropecuário (Tabela 9).

Tabela 9 – Participação de cada setor produtivo na composição do VAB total de cada Corede da Região Norte do RS de 2008 a 2012

Corede	Setor			Total
	Agropecuário	Industrial	Serviços	
Alto da Serra do Botucaraí	30,86%	9,18%	59,96%	100,00%
Alto Jacuí	18,54%	16,81%	64,65%	100,00%
Celeiro	29,22%	12,58%	58,21%	100,00%
Fronteira Noroeste	18,21%	25,85%	55,94%	100,00%
Médio Alto Uruguai	27,87%	16,19%	55,94%	100,00%
Missões	23,83%	16,17%	60,01%	100,00%
Nordeste	28,08%	17,27%	54,65%	100,00%
Noroeste Colonial	16,14%	16,94%	66,92%	100,00%
Norte	17,19%	29,31%	53,51%	100,00%
Produção	12,35%	20,16%	67,48%	100,00%
Rio da Várzea	28,46%	14,20%	57,34%	100,00%
Região Norte	20,11%	19,18%	60,71%	100,00%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

Os dados sugerem que há, na estrutura produtiva da Região Norte do RS, uma dualidade na configuração da base econômica dos Coredes que compõe esta região. Neste sentido, observa-se que a atividade industrial desenvolveu-se com maior intensidade em determinados pontos do espaço, enquanto que em outros a dinâmica produtiva permaneceu calcada no setor agropecuário.

4.4 Análise descritiva da estrutura produtiva dos municípios que compõe o Corede Fronteira Noroeste de 2008 a 2012

Com relação à participação individual dos municípios do Corede Fronteira Noroeste na composição do PIB do Corede, observa-se que os municípios Santa Rosa (36,30%), Horizontina (16,04%) e Três de Maio (10,88%) apresentam as maiores proporções (Tabela 10). Juntos, os três municípios citados correspondem a 63,22% do PIB do Corede.

Tabela 10 – PIB dos municípios que compõe o Corede Fronteira Noroeste de 2008 a 2012

Município	Participação no Corede Fronteira Noroeste
Alecrim	1,78%
Alegria	1,29%
Boa Vista do Buricá	2,42%
Campina das Missões	1,89%
Cândido Godói	2,68%
Doutor Maurício Cardoso	2,41%
Horizontalina	16,04%
Independência	2,68%
Nova Candelária	1,74%
Novo Machado	1,47%
Porto Lucena	1,44%
Porto Mauá	0,82%
Porto Vera Cruz	0,60%
Santa Rosa	36,30%
Santo Cristo	7,03%
São José do Inhacorá	0,84%
Senador Salgado Filho	1,23%
Três de Maio	10,88%
Tucunduva	2,98%
Tuparendi	3,48%
Corede Fronteira Noroeste	100,00%

Fonte: Elaborado com base nos da FEE (2015).

Na formação do VAB do Corede Fronteira Noroeste, verifica-se que os municípios Santa Rosa (35,58%), Horizontalina (15,66%) e Três de Maio (10,85%) apresentam maior participação (Tabela 11). Juntos, os três municípios citados representam 62,09% do VAB do Corede.

Tabela 11 – VAB dos municípios do Corede Fronteira Noroeste de 2008 a 2012

Município	Participação no Corede Fronteira Noroeste
Alecrim	1,90%
Alegria	1,36%
Boa Vista do Buricá	2,50%
Campina das Missões	2,01%
Cândido Godói	2,78%
Doutor Maurício Cardoso	2,52%
Horizontalina	15,66%
Independência	2,78%
Nova Candelária	1,76%
Novo Machado	1,54%
Porto Lucena	1,53%
Porto Mauá	0,87%
Porto Vera Cruz	0,65%
Santa Rosa	35,58%
Santo Cristo	6,95%
São José do Inhacorá	0,89%
Senador Salgado Filho	1,28%
Três de Maio	10,85%
Tucunduva	3,02%
Tuparendi	3,58%
Corede Fronteira Noroeste	100,00%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

Observa-se que no setor agropecuário do Corede Fronteira Noroeste, os municípios que apresentam maior participação são Santo Cristo (11,76%), Santa Rosa (10,17%) e Três de Maio (8,94%) (Tabela 12). Juntos, os três municípios totalizam 30,87% do VAB do setor agropecuário do Corede.

Verifica-se que no setor industrial do Corede Fronteira Noroeste, os municípios que apresentam maior participação são Santa Rosa (47,58%) e Horizontalina (32,30%) (Tabela 12). Juntos, os dois municípios representam 80,15% do VAB do setor industrial do Corede.

Constata-se que no setor de serviços do Corede Fronteira Noroeste, os municípios que apresentam maior proporção são Santa Rosa (38,30%), Três de Maio (13,95%) e Horizontalina (11,39%) (Tabela 12). Juntos, os três municípios correspondem a 56,14% do VAB do setor de serviços do Corede.

Tabela 12 – VAB por setor dos municípios do Corede Fronteira Noroeste de 2008 a 2012

Município	Setor		
	Agropecuário	Industrial	Serviços
Alecrim	3,96%	0,42%	1,91%
Alegria	2,88%	0,35%	1,34%
Boa Vista do Buricá	4,27%	1,32%	2,47%
Campina das Missões	4,51%	0,49%	1,89%
Cândido Godói	5,77%	1,21%	2,53%
Doutor Maurício Cardoso	6,00%	0,56%	2,29%
Horizontina	5,17%	32,30%	11,39%
Independência	5,78%	0,88%	2,67%
Nova Candelária	4,31%	1,58%	1,01%
Novo Machado	3,86%	0,34%	1,35%
Porto Lucena	3,11%	0,38%	1,55%
Porto Mauá	2,06%	0,20%	0,79%
Porto Vera Cruz	1,79%	0,12%	0,53%
Santa Rosa	10,17%	47,58%	38,30%
Santo Cristo	11,76%	3,89%	6,79%
São José do Inhacorá	2,20%	0,36%	0,71%
Senador Salgado Filho	3,18%	0,40%	1,07%
Três de Maio	8,94%	5,49%	13,95%
Tucunduva	4,25%	0,69%	3,70%
Tuparendi	6,03%	1,44%	3,77%
Corede Fronteira Noroeste	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

Considerando-se a formação do VAB dos municípios do Corede Fronteira Noroeste, verifica-se que o setor industrial supera o setor agropecuário apenas em Santa Rosa e Horizontina (Tabela 13). Isto sugere que a base econômica destes dois municípios está calcada na atividade industrial, enquanto que nos demais municípios do Corede a atividade agropecuária tem maior peso relativo se comparada à indústria.

Tabela 13 – Participação setorial na composição do VAB dos municípios do Corede Fronteira Noroeste de 2008 a 2012

Município	Setor			Total
	Agropecuário	Industrial	Serviços	
Alecrim	37,98%	5,76%	56,26%	100,00%
Alegria	38,49%	6,63%	54,88%	100,00%
Boa Vista do Buricá	31,05%	13,65%	55,29%	100,00%
Campina das Missões	40,95%	6,38%	52,68%	100,00%
Cândido Godói	37,82%	11,27%	50,91%	100,00%
Doutor Maurício Cardoso	43,42%	5,75%	50,83%	100,00%
Horizontina	6,01%	53,31%	40,68%	100,00%
Independência	37,92%	8,20%	53,88%	100,00%
Nova Candelária	44,64%	23,14%	32,22%	100,00%
Novo Machado	45,49%	5,70%	48,81%	100,00%
Porto Lucena	36,97%	6,42%	56,61%	100,00%
Porto Mauá	43,28%	5,88%	50,84%	100,00%
Porto Vera Cruz	49,88%	4,61%	45,51%	100,00%
Santa Rosa	5,21%	34,57%	60,22%	100,00%
Santo Cristo	30,82%	14,47%	54,71%	100,00%
São José do Inhacorá	45,04%	10,49%	44,47%	100,00%
Senador Salgado Filho	45,24%	8,09%	46,67%	100,00%
Três de Maio	15,00%	13,08%	71,92%	100,00%
Tucunduva	25,58%	5,92%	68,49%	100,00%
Tuparendi	30,68%	10,41%	58,91%	100,00%
Corede Fronteira Noroeste	18,21%	25,85%	55,94%	100,00%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

Analisando-se a composição do VAB de Santa Rosa, com base na Tabela 13, identifica-se que o setor industrial representa 34,57% do VAB do município, enquanto o setor agropecuário corresponde a 5,21% deste somatório, uma diferença de 29,36%. É importante mencionar que Santa Rosa é o município que apresenta o maior PIB e o maior VAB do Corede Fronteira Noroeste, de forma que é possível associar estes resultados a uma participação mais significativa do setor industrial na estrutura produtiva municipal.

Analisando-se a formação do VAB de Horizontina⁴, com base na Tabela 13, verifica-se que o setor industrial representa 53,31% do VAB do município, enquanto o setor agropecuário corresponde a 6,01% deste somatório, uma diferença de 47,30%. Neste sentido, tendo Horizontina o segundo maior PIB e VAB do Corede Fronteira Noroeste, é possível delegar estes resultados à maior representatividade da atividade industrial na base econômica municipal.

⁴ Destaca-se que em Horizontina o VAB do setor industrial supera o VAB do setor de serviços, de forma que o município configura como o décimo município do RS em que a participação do setor industrial representa uma parcela mais significativa na composição do VAB total municipal (FEE, 2015).

Evidencia-se, desse modo, a importância da indústria na estrutura produtiva de Santa Rosa e Horizontina, ao passo que esses dois municípios despontam como os mais dinâmicos do Corede Fronteira Noroeste em termos de sua representatividade no PIB e no VAB do Corede. É possível associar estes resultados, em parte, à presença de empresas de grande porte em Santa Rosa e Horizontina, como a DuPont Pioneer (produção de sementes híbridas de milho) e a AGCO (produção de máquinas agrícolas) em Santa Rosa, a John Deere (produção de máquinas agrícolas) em Horizontina e a BRF (produção de derivados de leite) em Santa Rosa e também em Três de Maio (ACISAP, 2014).

De acordo com Bianchi (2013), o Corede Fronteira Noroeste (Figura 2) possui estreita relação com a atividade industrial mecânica, que constitui uma das bases da estrutura econômica da região e movimenta de forma significativa a economia local. Ainda conforme a referida autora, os municípios Santa Rosa e Horizontina lideram a produção metal-mecânica no Corede e constituem um polo metal-mecânico voltado para a agricultura.

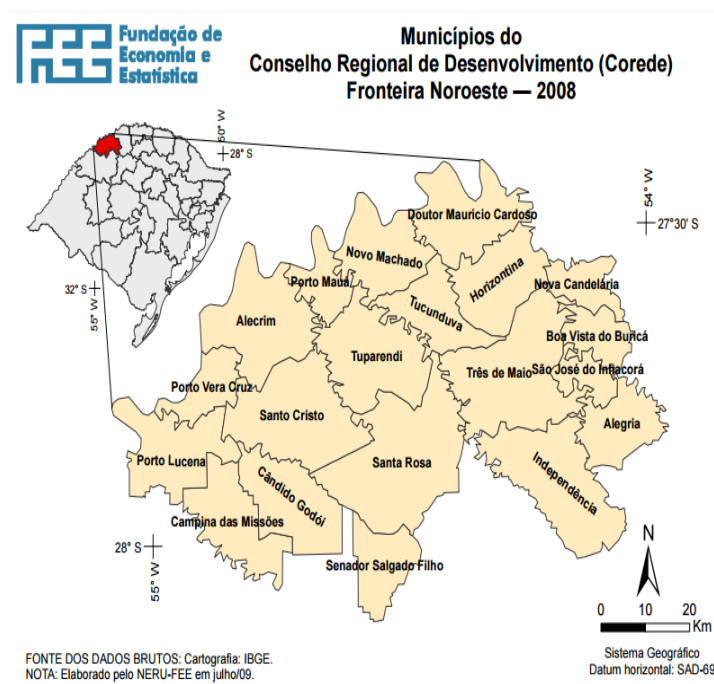


Figura 2 – Mapa dos municípios do Corede Fronteira Noroeste.

Fonte: FEE (2015).

Acerca da importância da indústria metal-mecânica no estado, verifica-se que no ano de 2014, no RS⁵, a produção de máquinas agrícolas e rodoviárias chegou a 45,90% do total da

⁵ Cabe ressaltar que a produção física de máquinas agrícolas e rodoviárias no Rio Grande do Sul, resume-se à produção das empresas AGCO, John Deere e Agrale (ANFAVEA, 2015).

produção nacional, seguido pelos estados Paraná (26,20%), São Paulo (24,60%) e Minas Gerais (3,60%) (ANFAVEA, 2015). No mesmo ano, do total da produção de máquinas agrícolas no RS, considerando-se tratores de rodas e colheitadeiras, a AGCO teve participação de 51,67%, a John Deere 41,84% e a Agrale 6,49% (ANFAVEA, 2015). Com relação às vendas internas, os percentuais foram de 45,37% (AGCO), 48,18% (John Deere) e 6,45% (Agrale). As exportações da AGCO atingiram a marca de 77,39%, enquanto que as da John Deere somaram 16,53% e as da Agrale 6,08% (ANFAVEA, 2015).

4.5 Caracterização do polo metal-mecânico do Corede Fronteira Noroeste

Tendo como base a análise descritiva dos dados relativos ao PIB e ao VAB dos municípios que compõem o Corede Fronteira Noroeste, constata-se que existe uma concentração espacial da atividade produtiva em Santa Rosa e Horizontina. Isto decorre do fato de que esses municípios sediam diversas empresas, incluindo empresas multinacionais referências na produção de máquinas agrícolas.

Conforme destaca Bianchi (2013), as condições naturais específicas do Corede Fronteira Noroeste exerceram um importante papel na evolução da atividade industrial, de modo que, por ser uma região tipicamente agrícola, isto favoreceu o desenvolvimento da indústria metal-mecânica, direcionada para a agricultura. Consolidou-se, dessa forma, um polo metal-mecânico no Corede voltado para as atividades do setor primário, com a presença de empresas multinacionais (AGCO e John Deere) responsáveis por liderar o processo produtivo regional e movimentar de forma significativa o agronegócio na região (SANTA ROSA, 2015).

No entorno da AGCO e da John Deere formou-se um complexo de empresas satélites produtoras dos mais variados tipos de peças e componentes utilizados na produção das suas máquinas e também de outras empresas do ramo, como a Terex, a Agrale, a Randon e as empresas vinculadas ao Grupo Kepler Weber (ACISAP, 2014). Esse complexo industrial formado no Corede Fronteira Noroeste é caracterizado como uma estrutura de mercado oligopsonista⁶, a qual é constituída por empresas satélites, normalmente pequenas e/ou médias empresas, fornecedoras de insumos para as indústrias motrizes.

⁶ Uma estrutura de mercado oligopsonista é caracterizada pela existência de poucos compradores (PINDYCK; RUBINFELD, 2010).

O polo metal-mecânico localizado no Corede Fronteira Noroeste do RS apresenta-se como um modelo no segmento industrial, em que são fabricadas peças, máquinas e implementos agrícolas (FAHOR, 2009). Este polo abrange uma das principais atividades econômicas praticadas na região, é responsável por geração de emprego e renda e movimentação de forma significativa a economia local (FAHOR, 2009).

O polo metal-mecânico do Corede Fronteira Noroeste começou a se destacar na década de 1990, quando se iniciou um processo de terceirização estimulado pela AGCO e pela John Deere (ACISAP, 2014). Nesta época, eram fabricadas em Santa Rosa e região cerca de 60,00% das colheitadeiras do país (ACISAP, 2014).

O caminho da terceirização, iniciado com a AGCO, estimulou a criação de um conjunto de empresas satélites produtoras dos mais variados tipos de peças de componentes utilizados nas máquinas produzidas pela AGCO e pela John Deere (ACISAP, 2014). Aos poucos, essas empresas satélites diversificaram sua produção para atender outros setores, o que foi possível por meio de investimentos em tecnologias variadas (ACISAP, 2014).

Atualmente, as empresas que integram o polo metal-mecânico do Corede Fronteira Noroeste contam com a mais alta tecnologia para o desenvolvimento de seus produtos, como máquinas de alto desempenho e robôs de produção, o que as possibilita atender as mais variadas demandas de indústrias de ponta (ACISAP, 2014). Neste sentido, é importante destacar que as empresas satélites do polo metal-mecânico, além fornecerem para as montadoras AGCO e John Deere, também fabricam produtos próprios, como peças para linha automotiva, naval e para máquinas pesadas (ACISAP, 2014).

Um fator que contribui positivamente para o desempenho do polo metal-mecânico do Corede Fronteira Noroeste é a presença de universidades e escolas técnicas na região, que qualificam e capacitam profissionais para atuarem no setor (ACISAP, 2014). Desse modo, evidencia-se a importância de realizar investimentos em capital humano como um fator de diferenciação capaz de contribuir para o desempenho econômico regional.

É importante destacar que as empresas do setor metal-mecânico do Corede Fronteira Noroeste têm realizado investimentos significativos na tecnologia metal-mecânica, de modo que, na linha de produção das indústrias, a tecnologia da informação tem contribuído de maneira decisiva para melhorar a competitividade por meio da robotização de tarefas competitivas e perigosas e com a adoção de inovações como o controle de materiais usando etiquetas eletrônicas (ACISAP, 2014).

No contexto da atual política industrial do RS, o polo metal-mecânico do Corede Fronteira Noroeste insere-se no campo da economia tradicional, elencado dentre os setores

preferenciais (bens de capital: máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e industriais). De acordo com Conceição (2012), o lento crescimento da indústria de transformação representa uma das características mais marcantes do atraso do desenvolvimento da economia gaúcha nas últimas três décadas. Neste sentido, a autora destaca que a política industrial do RS deve priorizar, como objetivos, a recuperação da participação da indústria do estado na economia nacional e buscar dinamizar o seu crescimento.

Observa-se que o complexo industrial formado em torno das indústrias motrizes e das empresas satélites em Santa Rosa e Horizontina caracteriza-se como um regime não concorrencial e de concentração territorial. Verifica-se também que, com relação aos efeitos de encadeamento inerentes à indústria motriz e às empresas movidas, de acordo com a teoria dos polos de crescimento, são identificados os efeitos para frente e os efeitos para trás, como destaca Kon (1999) em análise da empresa montadora incorporada ao complexo industrial automobilístico, de forma que a AGCO e a John Deere, como montadoras, a partir de sua instalação na região, estimularam o aparecimento de pequenas e médias empresas metalúrgicas fornecedoras de peças (efeitos para trás), e de outras atividades, principalmente relacionadas ao setor de serviços (efeitos para frente), como consórcios, serviços de manutenção, financiadoras, concessionárias, dentre outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa permitiram inferir que existe uma concentração espacial da atividade produtiva do RS na Região Nordeste, de forma que esta região concentra mais da metade do PIB e do VAB do estado. Isto se explica pela participação significativa do setor industrial na base econômica da região.

Observou-se que a Região Norte do RS apresenta o menor percentual de participação na composição do PIB e do VAB do estado, sendo suplantada pelas Regiões Nordeste e Sul. A região apresenta também as menores proporções do setor agropecuário, do setor de serviços e do setor industrial na composição do VAB de cada setor produtivo no estado.

No entanto, observou-se que, mesmo a Região Norte apresentando os menores percentuais de proporção nos agregados macroeconômicos do RS, não há consideráveis diferenças com relação à representatividade da Região Sul nesses mesmos agregados. Neste sentido, constatou-se que há certa similaridade entre as Regiões Norte e Sul no que concerne à sua efetiva participação nos agregados macroeconômicos do estado, ao passo que, realizando-se uma comparação com a Região Nordeste, evidenciam-se acentuadas discrepâncias.

Verificou-se que a Região Norte do RS mantém sua estrutura produtiva calcada no setor agropecuário, que supera o setor industrial em termos da formação do VAB. Contudo, não há significativas diferenças entre a participação do setor agropecuário e do setor industrial na composição do VAB regional.

Analisando-se a dinâmica produtiva dos Coredes que compõe a Região Norte do RS, observou-se que em determinados Coredes existe maior peso relativo do setor industrial em detrimento do setor agropecuário no que concerne à formação do VAB local, constituindo, dessa forma, polos de crescimento. Verificou-se esta situação no Corede Fronteira Noroeste, em que se destaca a atividade industrial metal-mecânica.

O Corede Fronteira Noroeste, considerado um polo industrial no ramo metal-mecânico, conta com uma estrutura produtiva diversificada, desenvolvendo-se tanto a agropecuária quanto a indústria. A articulação entre os setores agropecuário e industrial no Corede possibilitou o desenvolvimento do que atualmente se considera um dos maiores polos da indústria metal-mecânica do RS.

O surgimento do polo metal-mecânico no Corede Fronteira Noroeste foi possível pela presença de duas empresas multinacionais do ramo de máquinas e implementos agrícolas, a

AGCO e a John Deere, localizadas, respectivamente, nos municípios de Santa Rosa e Horizontina. O papel desempenhado por estas empresas de grande porte na região lhes confere a característica do que a teoria dos polos de crescimento denomina indústria motriz. Neste sentido, pode-se atribuir, em grande parte, o processo de crescimento econômico da região aos efeitos de encadeamento gerados pela dinâmica produtiva da AGCO e da John Deere, ao passo que essas empresas deram suporte para o surgimento de empresas satélites (efeitos para trás) e demais atividades econômicas vinculadas ao setor de serviços (efeitos para frente), dinamizando e movimentando significativamente a economia local.

Cabe ressaltar que este polo metal-mecânico encontrou as bases para seu surgimento e consolidação na agricultura desenvolvida na região, de modo que buscou suprir uma demanda existente de máquinas agrícolas para uma crescente produção das mais variadas culturas, com destaque para a cultura da soja, do milho e do trigo. Atualmente, este polo, além de liderar o processo produtivo regional, movimenta o agronegócio na região.

Identificou-se uma maior representatividade de Santa Rosa e Horizontina, municípios sede das indústrias motrizes que comandam o polo metal-mecânico da região, na participação percentual do PIB e do VAB do Corede Fronteira Noroeste. Isto evidencia a importância econômica inerente às indústrias motrizes na dinâmica produtiva municipal.

Na atual política industrial desenvolvida no RS, o polo metal-mecânico do Corede Fronteira Noroeste insere-se no campo da economia tradicional e está elencado dentre os setores preferenciais deste conjunto. Em vista disso, corrobora-se que é necessário desenvolver medidas estratégicas que visem potencializar a produção do polo e articular a indústria de transformação da região com os setores da nova economia da política industrial do estado, de modo que se dê abertura para ampliar as atividades ligadas à área de tecnologia de informação, como já vem acontecendo em algumas empresas satélites vinculadas ao polo, que têm realizado investimentos em tecnologia para o ramo metal-mecânico como forma de promover inovações em produtos e processos.

Em todas as partições do espaço analisado (regiões, Coredes, municípios), observou-se que, nas áreas em que há participação significativa da indústria, existe uma tendência de que essas áreas assumam maior importância econômica em termos de representatividade nas variáveis PIB e VAB. Neste contexto, torna-se explícita a importância que deve ser delegada ao setor industrial e ao seu maior desenvolvimento, visto que possibilita um processo de crescimento econômico que irá gerar externalidades positivas na região.

Reconhecendo-se a importância delegada à indústria no que se refere ao crescimento econômico de uma determinada região e seu papel central na configuração díspar entre as

Regiões Norte, Nordeste e Sul do RS, considera-se necessário fortalecer o setor industrial nas Regiões Norte e Sul tendo em vista a redução das desigualdades regionais que se estabeleceram historicamente entre as regiões gaúchas. Para tanto, preconiza-se que ações de política industrial devem ser implementadas como forma de mitigar o atraso relativo das Regiões Norte e Sul em relação à Região Nordeste do estado, que conta com um parque industrial já consolidado em virtude da dinâmica evolutiva das atividades industriais que se desenvolveram nesta região ao longo dos anos.

Para fazer frente aos entraves que inviabilizam o crescimento industrial na Região Norte, deve-se considerar a implementação mais efetiva de instrumentos e ações de política industrial para esta área. Neste contexto, potencializar a produção industrial já existente e estimular novas atividades mediante captação de investimentos, articulando-se os poderes público e privado, representa uma alternativa capaz de viabilizar o desenvolvimento e o fortalecimento da indústria. Isto se insere na agenda da política industrial, que representa uma política pública de promoção do desenvolvimento industrial.

Em decorrência disso, considera-se necessário direcionar ações de política industrial focalizadas nas potencialidades da estrutura produtiva já estabelecida na Região Norte, articulando-se os setores da economia tradicional com os setores da nova economia como forma de fortalecer a região e torná-la mais competitiva. Isto implica estudar a estrutura econômica da Região Norte dando ênfase à dinâmica das atividades industriais desenvolvidas na região e buscar alternativas viáveis amparadas em uma política industrial específica de modo que se viabilize o crescimento industrial.

O estudo apresentou como principais limitações a dificuldade de acesso a algumas informações inerentes à organização produtiva do polo metal-mecânico do Corede Fronteira Noroeste, tais como: quantidade exata de empresas atuantes no setor, volume de produção, impostos, relações de compra e venda de insumos e produtos entre as empresas do ramo, dentre outras. Neste sentido, sugere-se, para pesquisas futuras, estudar detalhadamente a dinâmica produtiva deste polo metal-mecânico investigando os efeitos de encadeamento entre as empresas e também as externalidades geradas a partir do desenvolvimento de suas atividades.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI). **Política Industrial**. Disponível em: < http://www.abdi.com.br/Paginas/politica_industrial.aspx>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- ALMEIDA, P. F. C. de. A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha (1870-1930). **Ensaio FEE**, v. 13, n. 2, p. 546-577, 1992.
- ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S. Considerações metodológicas sobre a divisão regional. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994, p. 214-224.
- ALONSO, J. A. F. O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade? **Indicadores Econômicos FEE**, v. 31, n. 3, p. 97-118, nov. 2003.
- ALONSO, J. A. F. A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 33, n. 4, p.101-114, mar. 2006.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL, SERVIÇOS E AGROPECUÁRIA DE SANTA ROSA (ACISAP). **Fronteira Noroeste: região estratégica para potencializar investimentos**, 2014.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (ANFAVEA). **Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2015**. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da Região Sul. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994, p. 08-48.
- BIANCHI, M. **Diversificação produtiva do cluster metal-mecânico agrícola da Região Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul: uma análise de sua trajetória a partir dos mecanismos de transbordamento (*spillover*) e *spin-off***. 2013. 248 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BREITBACH, Á. C. M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo, McGraw-Hill, 1983.
- CONCEIÇÃO, C. S. **Desafios para a política industrial no Rio Grande do Sul**. Carta de Conjuntura FEE, 2012. Disponível em: < <http://carta.fee.tche.br/article/desafios-para-a-politica-industrial-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CORONEL, D. A.; AZEVEDO, A. F. Z. de.; CAMPOS, A. C. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1 (134), p. 103-119, jan./mar. 2014.

FACULDADE HORIZONTINA (FAHOR). **Um modelo de gestão do desenvolvimento para o setor industrial metal-mecânico da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, através da gestão ambiental.** Disponível em: <http://www.fahor.com.br/publicacoes/2009_modelo_gestao_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

FERRAZ, J. C.; PAULA, G. M. de.; KUPFER, D. Política industrial. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2002, cap. 23, p. 545-567.

FRIEDMANN, J. A estratégia dos polos de crescimento como instrumento da política de desenvolvimento. In: **Cadernos de teoria e conhecimento**, n. 6. A planificação e os polos de desenvolvimento. Portugal: Edições RES limitada, 1975, p. 27-62.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Mapas.** Disponível em: <http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/corede_frenteiranoroeste_2008_municipios.pdf>. Acesso em: 28 out. 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Dados.** Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Dados Abertos.** Disponível em: <<http://dados.fee.tche.br/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

GUERRIERO, I. R. **Formulação e avaliação de política industrial e o caso da PDP.** 2012. 270 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2008.

KON, A. **Economia Industrial.** São Paulo: Nobel, 1999.

KUPFER, D. Política Industrial. **Econômica**, v. 5, n. 2, p. 91-108, dez. 2003.

LIMA, J. F, de.; ALVES, L. R. Disparidades espaciais na capacidade da economia regional das microrregiões paranaenses em criar empregos formais: evidências empíricas. In: RAIHER, A. P. (Org.). **Economia Paranaense: crescimento e desigualdades regionais.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012, cap. 2, p. 55-92.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2009.

MARTINS, C. M. R. **Governança, política industrial e desenvolvimento.** Carta de Conjuntura FEE, 2012. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/governanca-politica-industrial-e-desenvolvimento/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

PERROUX, F. Notas sobre o conceito de polo de crescimento. In: **Cadernos de teoria e conhecimento**, n. 6. A planificação e os polos de desenvolvimento. Portugal: Edições RES limitada, 1975, p. 05-26.

PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A. Análise do desenvolvimento socioeconômico das regiões do Rio Grande do Sul. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XV, n. 28, p. 05-16, dez. 2013.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. 647 p.

RAIHER, A. P.; LIMA, J. F. de. Potencial de atração e desigualdades: um perfil da polarização e da periferação da economia regional paranaense. In: RAIHER, A. P. (Org.). **Economia Paranaense: crescimento e desigualdades regionais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012, cap. 1, p. 11-53.

SANTA ROSA. **Economia**. Disponível em: <<http://www.santarosa.rs.gov.br/cidade.php?acao=economia>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECMOLOGIA (STC). **Política Industrial**. Disponível em: <<http://www.sct.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=784>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SOUZA, N. J. de. Polarização e despolarização industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul. **Análise Econômica**, ano 8, n. 13, p. 173-191, mar. 1990.

SOUZA, N. J. de. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. **Análise Econômica**, ano 11, n. 19, p. 29-59, mar. 1993.

SOUZA, N. J. de. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais e inovação. **Análise**, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2005.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas S. A., 2009.

STRACHMAN, E. As relações entre instituições e políticas industriais. **Ensaio FEE**, v. 23, n. 1, p. 107-134, 2002.

SUZIGAN, W. Estratégia industrial e desenvolvimento econômico: Uma agenda política e de política econômica. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 23, n 1, p. 108-113, 1995.

SUZIGAN, W; JOÃO FURTADO, J. Política Industrial e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2 (102), p. 163-185, abr./jun., 2006.

VILLELA, A.; CORREA, P. G. Fundamentos teóricos da política industrial. **Revista do BNDES**, v. 2, n. 3, p. 27-68, jun. 1995.